

Como citar: MACHADO, Alex Rolim. Quando as Lagoas Eram Mesopotâmia: um Ensaio de Temporalização Diacrônica da História Pré-Colonial de Alagoas. *CLIO Arqueológica*, v. 41, n. 1, e268098, 2026.

Recebido em 29/09/2025 | Aceito em 23/05/2026

**QUANDO AS LAGOAS ERAM MESOPOTÂMIA  
UM ENSAIO DE TEMPORALIZAÇÃO DIACRÔNICA DA  
HISTÓRIA PRÉ-COLONIAL DE ALAGOAS**

**WHEN THE “ALAGOAS” WERE MESOPOTAMIA  
A DIACHRONIC TEMPORAL ANALYSIS OF THE PRE-COLONIAL HISTORY OF ALAGOAS**

**Alex Rolim Machado<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-8655-2249>  
[alex.machado@uneal.edu.br](mailto:alex.machado@uneal.edu.br)

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Alagoas, Campi III, Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil



## RESUMO

A história pré-colonial de Alagoas se encontra em construção de hipóteses e modelos explicativos. Pouco é de conhecimento público em currículos da educação básica. Na arqueologia, tal temporalidade aparece em estudos sincrônicos (sepultamentos, cerâmicas, megafauna, pinturas rupestres, ocupações e sítios arqueológicos). Nas narrativas, observa-se ausência de uma nomenclatura histórica que priorize a diacronia, servindo-se os pesquisadores de balizas temporais climático-geográficas, material-tecnológica e sócio-formativa. Esse ensaio pretende contribuir com uma proposta de periodização enfatizando às experiências de migrações, assentamentos e formações sociais, em experiências “alagoanas”, especificando-as em uma nova nomenclatura para didática de ensino local dentro do complexo do Brasil pré-colonial.

**Palavras-chave:** Pré-história de Alagoas, Pré-história do Brasil, Arqueologia brasileira.

## ABSTRACT

The pre-colonial history of Alagoas is currently undergoing the construction of explanatory models and hypotheses. However, very little of this knowledge has reached the public or been included in basic education curricula. In archaeology, this periodization typically appears in synchronic studies (burials, ceramics, megafauna, rock paintings, occupations, and archaeological sites). Existing narratives lack a historical nomenclature that prioritizes diachrony; instead, researchers rely on climatic-geographical, material-technological, and socio-formative temporal benchmarks. This essay aims to propose a periodization that emphasizes the experiences of migration, settlement, and social formation within the “Alagoan” context.

**Keywords:** Precolonial history of Alagoas, Precolonial history of Brazil, Brazilian Archaeology.

Difícilimo acto é o de escrever, responsabilidade das maiores, basta pensar no extenuante trabalho que será dispor por ordem temporal os acontecimentos, primeiro este, depois aquele, ou, se tal mais convém às necessidades do efeito, o sucesso de hoje posto antes do episódio de ontem, e outras não menos arriscadas acrobacias, o passado como se tivesse sido agora, o presente como um contínuo sem princípio nem fim, mas, por muito que se esforcem os autores, uma habilidade não podem cometer, pôr por escrito, no mesmo tempo, dois casos no mesmo tempo acontecidos.

(SARAMAGO, 1988, p. 12)

## APRESENTAÇÃO

Este ensaio nasceu de um contexto desafiador, onde a indisponibilidade da disciplina de História levou-me a assumir o cargo de professor temporário da Rede Pública do Estado de Alagoas, como docente responsável pelo componente curricular “Territórios e Identidades”, em setembro de 2021. A matéria, pertencente a grade curricular do Programa Alagoano de Ensino Integral (pALei), consistia em uma abordagem da História de Alagoas e deveria ser ministrada para um alunado de sextos e sétimos anos do Ensino Fundamental. Sem auxílio de livro didático, com a dificuldade advinda das ausências de demarcações temáticas-temporais e da falta de suporte bibliográfico, o caminho adotado foi a tomada de um marco temporal inicial da História de Alagoas: a chegada dos europeus e o início do então chamado período colonial.

Naquele mesmo ano, foi realizada uma aula de campo em Marechal Deodoro, para acompanhar as escavações da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição. Assistir aos pequenos e as suas curiosidades em relação às “caveiras”, “ossos” e possíveis “jóias” (referência ao *game* de sucesso *Minecraft*), instigou-me a pensar a operacionalização da arqueologia em sala de aula para além da educação patrimonial. Em outras palavras: se, nas aulas sobre Alagoas Colonial, discutimos sobre as sociedades indígenas que se relacionaram com os portugueses, cabia, agora, estabelecer aos alunos o que temos de produção acerca daqueles povos enquanto agentes históricos anteriores a 1500.

## A ARQUEOLOGIA PRÉ-COLONIAL DE ALAGOAS

Pouco – ou muito pouco – de uma pré-história de Alagoas é de conhecimento geral, e até mesmo acadêmico. Enquanto em localidades Brasil afora têm-se uma robusta produção sobre grupos humanos pré-coloniais, outras permanecem com defasagem de pesquisa.

Para suprir essa lacuna, em 2012, após a iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Alagoas (Iphan-AL), um livro sobre aspectos da vida pré-colonial e paleontológica de Alagoas (TEIXEIRA et ali, 2012), foi lançado visando o grande público: de estudantes universitários à população em geral interessado no tema. Os autores ajudaram a estabelecer certos limites cronológicos e geográficos de rotas de chegada e assentamentos. No entanto, o estilo do livro, preocupado em temáticas introdutórias e com a educação patrimonial, pouco avançou em uma explicação diacrônica sobre como se deu a ocupação do território alagoano em tempos pré-coloniais. Isto é, faltou o trato narrativo acerca do desenvolvimento dos grupos humanos, a partir de migrações e rotas. Assim, a obra restringiu-se a sínteses de contextos sincrônicos em que os habitantes estavam inseridos: geográfico, climático, alimentar, social e tecnológico.

No contexto acadêmico das graduações e pós-graduações, surgiram pesquisas e trabalhos arqueológicos acerca do período pré-colonial. Mais especificamente sobre Alagoas há produção de monografias, dissertações e teses sobre sepultamentos, sambaquis, cerâmicas, educação patrimonial, megafauna, pinturas rupestres, ocupações e sítios arqueológicos (SILVA, SOARES, MORAES, 2019; ALBUQUERQUE, LUCENA, LUCENA, 2019; ANDRADE, CUNHA, 2017; LEITE NETO, ALLEN, 2021; FILHO, PINTO, 2019; LIMA, 2019; SILVA, 2009; LIMA, 2006; TENÓRIO, 2010; SILVA, 2008; SILVA, 2003; SILVA, 2019; GONTIJO et al, 2021; OMENA, 2015; COSTA, 2010; BRITO, 2017; ALMEIDA, 2017; LEITE NETO, 2020).

A riqueza dos estudos, em seus aspectos sincrônicos, auxilia os estudos do que teria sido a vida pré-colonial em Alagoas, além de – e esse é o ponto alto dos trabalhos arqueológicos em/sobre Alagoas – permitir que políticas públicas sobre educação patrimonial sejam cada vez mais disputadas. Apesar disso, ainda se sente nos ambientes escolares de Alagoas uma dificuldade na adequação dessas pesquisas em abordagens referentes a disciplina da História.

E isso nos leva a uma questão central: quando passamos para o ensino básico, a história dos indígenas pré-colonização acaba sendo comprimida em demasia. Nesse recorte temporal, prevalecem as explicações sincrônicas acerca dos modos de vida e organização social dos povos originários em período próximo e/ou concomitante à chegada de Cabral. Por exemplo: ao ministrarmos uma aula sobre sepultamentos, acertamos no caráter sincrônico-diacrônico da exposição de que os rituais jê,

tupinambá e sambaquiano existiram nos períodos da Era Comum próximo às invasões europeias e que cada um desses rituais resguarda particularidades materiais e simbólicas. Porém, os alunos podem compreender equivocadamente que tais sepultamentos sempre existira, sem alterações – desde o aparecimento dos primeiros seres humanos no Brasil até o período então estudado. A longa diacronia, e a datação temporal, portanto, acaba por se tornar parte fundamental e imprescindível do trabalho para se evitar generalizações e compressões temporais confusas, encarando a vida indígena em 1500 como sendo a mesma de 11.000 anos antes da Era Comum (AEC).

A partir desse diagnóstico, propomos, a seguinte provocação: a partir do que há escrito sobre o ambiente pré-colonial de Alagoas, seria possível periodizar essa longa temporalidade para didatização desse conhecimento tendo em conta uma sala de aula de ensino fundamental, dentro do corpo científico da disciplina da História?

A proposta desse ensaio, portanto, é esboçar uma explicação histórica-diacrônica atentando-se às experiências de migrações, assentamentos e relações humano-natureza, que particularize as experiências propriamente “alagoanas”. Dessa forma, apesar de estar a todo o momento dialogando com a produção científica proveniente da ciência da arqueologia, esse trabalho visa, enquanto objetivo primordial, entregar a professores da educação básica (principalmente em Alagoas) uma síntese inicial para apreciação histórica do período pré-colonial de Alagoas, orientando-os em para o desenvolvimento de didática de ensino adequada à observação das experiências locais dentro do complexo e rico espaço do Brasil pré-colonial. Saliente-se, contudo, que não é objetivo desse estudo propor nenhum tipo de revisão teórico-metodológica ou modificações à maneira como os arqueólogos e arqueólogas operam suas classificações e maneiras de analisar e qualificar seus estudos<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> A questão da “nomenclatura” foi ponto sensível na correção desse texto pelos pareceristas. Um deles, mais crítico e preocupado com tal metodologia, admoestou-me mais de uma vez sobre tal estratégia. Admito aqui que trocar Pleistoceno por “era do gelo” e Holoceno por “Ótimo Climático” é apenas artifício retórico vulgar, mas necessário em uma sala de aula para estudantes entre 11 e 12 anos de idade. Da mesma feita, enquanto alguns termos são de fáceis aprendizado, como “caçador-coletor”, “forrageador”, “ceramista” e “agricultor”, outros são um pouco mais complexos como “Paleoíndio”, “Arcaico” e “Formativo”. Uma das minhas estratégias, nesse ensaio, foi transformar tudo isso para uma nomenclatura “alagoana”, que fosse de mais fácil apreensão para um profissional que tem o dever de repassar o conteúdo em sala de aula. Devo ao “parecerista 2” a preocupação de delimitar melhor minha posição, enquanto historiador, nesse campo que é próprio da arqueologia. A dubiedade de minha escrita estava dando margem para interpretações que eu, enquanto historiador, estava propondo reorientações aos colegas da arqueologia. Na verdade, minha proposta está sendo a de “traduzir” (“instrumentalizar”, como bem disse o/a parecerista na fase de correção desse ensaio) todo o conhecimento arqueologicamente produzido em uma linguagem própria dos historiadores inseridos em salas de aula da educação básica (mas sem abandonar as evidências, linguajar e conclusões da arqueologia). Caso eu não tenha sido feliz em minha empreitada, resta-me apenas rogar pela paciência dos colegas que – com razão – admoestarão tal ensaio em seus momentos em que eu pareça estar – como diria no popular – “querendo ensinar o Padre a rezar a missa”.

#### PERIODIZAR A HISTÓRIA PRÉ-COLONIAL BRASILEIRA

Modelos explicativos e um linguajar próprio que dê conta da longa história dos povos originários brasileiros já existem e ainda fomentam debates sobre delimitações em marcos temporais e suas respectivas caracterizações. Os arqueólogos partem de caminhos distintos para demonstrar cientificamente as origens e mudanças que caracterizam os diferentes povos e seus desenvolvimentos sociais de norte a sul do Brasil (ESTEVES, 2023; FUNARI & NOELLI, 2022; PROUS, 2019, p. 154 e ss.).

Explicação comum, que foi predominante na academia, relaciona o desenvolvimento humano em sua evolução tecnológica com a interação entre ser humano e natureza no enriquecimento de suas habilidades sociais para produção e reprodução da vida (MARTIN, 2013, p. 144 e ss; RIBEIRO, 2024, p. 23; LÉVÊQUE, 2009, p. 46). A fórmula europeia teria sido a já conhecida “evolução” do Paleolítico, Neolítico e Idade dos Metais (FUNARI & NOELLI, 2022, p. 40; LÉVÊQUE, 2009, p. 37-64; PROUS, 2019, p. 154-155). Esse modelo, por ser o “ponto de vista europeu construído na primeira metade do século XX” (FUNARI & NOELLI, 2022, p. 40; LÉVÊQUE, 2009, p. 46), continua sendo o mais comum nos livros didáticos utilizados no Brasil.

Outra maneira de temporalizar a longa pré-história indígena, seria através do desenvolvimento das populações e suas respectivas organizações sociais. Uma chave explicativa possível é a dos “estágios evolutivos”, em que, para o Brasil, teríamos o Lítico (paleolítico), Arcaico (caçadores-coletores, possíveis agricultores, mas sem cerâmica) e Formativo (povos ceramistas e agricultores). Dessa chave, apareceram outras variações: povos “sem cerâmica” e povos “com cerâmica”, ou “predadores” e “produtores”, ou, ainda, “sociedade de bandos”, “sociedades tribais” e “cacicados” (PROUS, 2019, p. 155-156). A descrição temporal que parte do “estágio evolutivo” é também encontrada em atuais livros didáticos.

Há, ainda, uma grande divisão proposta, para além das citadas anteriormente, vistas como “insuficientes para caracterização das numerosas culturas holocênicas” (PROUS, 2019, p. 157): foi a estabelecida no Brasil pelo PRONAPA (Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas), que divide as formações sociais brasileiras numa cronologia de fases, onde “fase” significa “qualquer complexo (‘conjunto de elementos culturais associados entre si’) de cerâmica, lítico, padrões de habitação, etc., relacionados no tempo ou no espaço, em um ou mais sítios” (PROUS, 2019, p. 158).

Apesar de tantos modelos e tentativas, a necessidade de caracterização sincrônico-diacrônico do povoamento e assentamento em diferentes áreas do Brasil torna-se, ainda, tarefa necessária e

ingrata, haja vista que até arqueólogos críticos dos modelos tenham que se valer deles para contextualizar seus estudos (PROUS, 2019, p. 159; FUNARI & NOELLI, 2022, p. 78; SCHATAMACCHIA, 1994-1995)<sup>3</sup>. Nesse nosso ensaio, utilizaremos a leitura de duas obras, que, à primeira vista parecerem díspares em seus objetivos e público-alvo, acabam por se tornar complementares e indispensáveis enquanto introduções para o estudo ora instrumental, ora profissional da arqueologia brasileira.

Em 1991 – com uma reedição mais robusta em 2019 – o arqueólogo André Prous publicou o livro *Arqueologia Brasileira: a pré-história e os verdadeiros colonizadores*, voltado aos estudantes de arqueologia e áreas relacionadas e que, atualmente, sintetiza de maneira aprofundada os contextos arqueológicos do Brasil, bem como uma introdução detalhada dos conceitos e termos da pesquisa arqueológica. Assim sendo, retiramos de sua obra um direcionamento da periodização da chegada e estabelecimento dos grupos humanos no que chamamos de Brasil: a “periodização mais próxima possível daquela que a maioria dos autores tende a adotar” como a do Pleistoceno (anterior a 11.5000 anos), Arcaico antigo (12.000/11.000-9000 BP), “que corresponde ao final do período *paleoíndio* ou *Lítico*”, Arcaico médio (9000-5000 ou 4500 BP) e Arcaico recente (posterior a 5000 ou 4500 BP), “durante o qual se iniciaram novos processos adaptativos, incluindo experimentações agrícolas no Planalto Central e, provavelmente, Amazônia” (PROUS, 2019, p. 159).

Em outro livro-manual, (re)publicado em 2022, cujo título *Pré-história do Brasil* já indica a proposta de apresentar a “pré-história” do Brasil para um público mais amplo e de maneira mais acessível (o livro, editado nos anos 90 da centúria passada, faz parte atualmente de uma interessante coleção chamada *História na Universidade: temas fundamentais*). Pedro Paulo Funari e Francisco Noelli seguem outra variação da questão da temporalidade de migração, ocupação e formação social. Teríamos, assim, “três etapas de ocupação humana no território”, com suas respectivas delimitações cronológicas:

---

<sup>3</sup> Na primeira versão desse texto, propus uma maneira diferente de encarar como deveríamos observar a periodização-caracterização da história pré-colonial brasileira. O/a “parecerista 2” prontamente entendeu a proposta e chamou-me atenção sobre a debilidade de meu arcabouço teórico e metodológico para tamanha empreitada. Confrontado com a bibliografia que tenho em mãos, optei por recuar para o método problemático dos “modelos explicativos” (Paleoíndio, Arcaico, Formativo e afins) – porém seguro, por ser ainda aceito academicamente –, o que Vladimir Lênin chamaria de “um passo à frente, dois passos atrás”. Em sua segunda revisão, o/a “parecerista 2” manteve sua crítica, mas incitando a necessidade de realmente superarmos (a conjugação do verbo plural está relacionada a um chamado a toda uma comunidade acadêmica) a “defasagem (...) [d]essas discussões sobre a periodização da ocupação humana no Brasil. Em geral há uma apropriação acrítica de modelos antigos provenientes da tradição histórico-cultural no Brasil (paleoíndio, arcaico, formativo, cacicados...). Recentemente, inclusive, no último Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, foi votada uma moção que pede pelo fim do uso do termo em documentos oficiais da CAPES, o que revela o anseio da comunidade em discutir esse tema” (Parecerista 2). No site da Associação Brasileira de Arqueologia, a Ata da XXIII Assembleia Geral Ordinária, realizada em Brasília, em 27 de novembro de 2025, ainda não está disponível: [https://www.sabnet.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=792](https://www.sabnet.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=792) Acesso em 28/04/2026, às 11:51.



A primeira etapa, ainda muito pouco conhecida, teria sido feita pelas populações paleoíndias que predominavam em grande parte do Brasil até 12 mil AP (...). A segunda etapa iniciou-se com a colonização mongoloide, feita a partir do noroeste da América do Sul, que se espalhou de forma lenta pelo litoral sul americano, representada pelas populações sambaquieiras, a partir de 10-9 mil AP (...). A terceira etapa teve origem com os povos mongoloides que de início se fixaram na Amazônia e criaram a agricultura, a cerâmica e novos padrões demográficos e culturais de economia e organização social, a partir de 10-9 mil AP. (FUNARI & NOELLI, 2022, p. 78, inspirados em NEVES et al, 1997, acréscimos em colchetes retirados da p. 56-57).

Essas três etapas de ocupação não foram estanques, ocorrendo, então, vivências e movimento. Dessas dinâmicas, ter-se-ia duas fases: “A primeira fase vai desde o início da ocupação humana (com a chegada dos primeiros humanos) até cerca de 7-6 mil AP (em algumas regiões, como o Sul do Brasil, até 2-1 mil AP). A segunda fase inicia por volta de 8-7 mil AP e vem até o presente” (FUNARI & NOELLI, 2022, p. 84). As características de cada fase seriam, portanto:

A primeira fase foi a do predomínio das populações caçadoras-coletoras paleoíndias e mongoloides. Em termos materiais, foi marcada por uma aparente e contínua reprodução de artefatos semelhantes, de padrões de assentamento parecidos e por um padrão de dieta meio constante. Em diversos lugares, após a extinção dos grandes mamíferos, verificou-se que essa continuidade se manteve constante por mais de 8-9 mil anos (mais ou menos entre 10 e 1 mil AP). (...). A segunda fase foi, como vimos, a das grandes expansões dos povos amazônicos, graças aos muitos processos de criação e inovação material ocorridos entre 10 e 5 mil AP e marcados por uma mudança radical na maior parte do território do Brasil. Houve o desenvolvimento da agricultura e das tecnologias materiais (por exemplo, a cerâmica), além de um crescimento demográfico generalizado. As populações envolvidas nesses múltiplos e complexos processos mudaram o panorama antropológico do Brasil, à medida que se expandiam sobre as áreas que eram ocupadas pelos caçadores ou pescadores-coletores. Nesse processo, muitas das populações que viviam conforme o padrão material da economia de caçadores ou pescadores foram absorvidas ou eliminadas pela imensa onda de expansão das populações agricultoras. (...) Essa segunda fase, agrícola, transformou de maneira radical o relacionamento humano e ambiental (FUNARI & NOELLI, 2022, p. 84-85)

Dentro dessas duas fases, houve a expansão dos principais troncos linguísticos, o tupi e o macro-jê, e cuja dinâmica também é bastante utilizada enquanto marcos temporais diacrônicos no estudo da ocupação e do desenvolvimento da história e dos povos indígenas brasileiros, sendo o tupi iniciado e dividido entre “6 e 3 mil AP” tendo sido disseminado em mais divisões entre “4 e 2.500



AP”, enquanto o macro-jê teria se iniciado na Amazônia “pós-7 mil AP” e “conquistado territórios em áreas distantes da Amazônia entre 6 e 2 mil AP” (FUNARI & NOELLI, 2022, p. 82-83).

Há ainda um terceiro caminho de periodização do longo tempo pré-colonial brasileiro. A partir dos estudos da geografia, as variações climáticas se tornam balizas temporais válidas, uma vez que influenciaram (mas não determinaram) a vida e o relacionamento dos povos originários nos diferentes ambientes brasileiros (AB’SABER, 1994-1995, p. 7). Os termos mais comuns utilizados na arqueologia são o Pleistoceno e o Holoceno. O Pleistoceno caracterizado por “pelo menos quatro momentos de esfriamento planetário, que provocaram a acumulação de gelo sobre o continente, os chamados glaciares, e a descida no nível das águas oceânicas” (ETCHEVARNE, 1999-2000, p. 118), estando o nosso período de chegada dos primeiros seres humanos nas Américas dentro do último período glacial. Assim sendo, o fim do Pleistoceno, com o aquecimento da terra, daria início a um novo período, o Holoceno, entre “aproximadamente 12.000 a 10.000 anos atrás” até os dias atuais (ETCHEVARNE, 1999-2000, p. 118). Dentro do Holoceno, teríamos, ainda, no Nordeste brasileiro, um período de seca (Holoceno Médio) entre 6050 e 4050 AEC (MARTIN, 2013, p. 111 e ss.), sendo o início do Ótimo Climático para áreas da América do Sul apenas em 4550 AEC (AB’SABER, 1994-1995, p. 32). Dentro do Ótimo Climático, já se tem os indícios que o nível do oceano Atlântico, que banha o Nordeste brasileiro, sofreu rebaixamento entre 1650-850 AEC, voltando a elevar-se em 750-550 AEC e, após 550 AEC, “o nível do mar sofreu um rebaixamento regular até atingir a posição atual” (PEROTA, 1987, p. 111). Esse tipo de informação é importante, pois a datação geológico-climática nos ajuda na contextualização e compreensão das dinâmicas sociais dos povos originários em diferentes períodos históricos de Alagoas pré-colonial.

Ao fim e ao cabo, partiremos dessas indicações para nosso estudo daí estabelecendo marcos temporais e espaciais aproximados às experiências dos indígenas na longa história pré-colonial de Alagoas. O caminho que tomaremos seguirá em boa parte o de Funari e Noelli, das rotas de migrações e assentamentos das “três etapas” e “duas fases” descritas acima. Antes disso, algumas ressalvas precisam ser feitas. Devido ao objetivo primordial deste texto, apontado anteriormente, torna-se substancial a adaptação de termos técnicos e gerais (nomenclatura própria da ciência arqueológica) que possam causar grande estranhamento à área da História como componente curricular da Educação Básica. Em outras palavras, apesar de ser um método controverso, sobretudo da perspectiva arqueológica, a adequação de tal nomenclatura à uma realidade propriamente histórica, pedagógica e alagoana é obrigatória e condiz com a demanda a qual o presente trabalho pretende suprir. Deste modo, as “três etapas” serão nomeadas a partir de áreas geográficas próprias do estado de Alagoas, enquanto as “duas fases” serão reescritas por outros termos tomando como referencial as ferramentas do

materialismo histórico-dialético (*vide infra*)<sup>4</sup>. Não abordaremos questões mais profundas, como os tipos humanos (paleoíndios e mongoloides) e nem as línguas (tupi e macro-jê). A questão do clima e da geografia aparecerá em sentido contextual no âmbito material e de produção e reprodução da vida (FUNARI & NOELLI, 2022, p. 102-103; LÉVÊQUE, 2009, p. 42). Isso porque o que importa, aqui, é traçar como as três etapas-duas fases “gerais” brasileira se torna um guia-modelo para as três etapas-duas fases “alagoanas” que veremos adiante.

#### OS MARCOS TEMPORAIS DA HISTÓRIA PRÉ-COLONIAL ALAGOANA

“Todo trabalho histórico decompõe o tempo decorrido, escolhe entre suas realidades cronológicas, segundo preferências e opções exclusivas mais ou menos conscientes” (BRAUDEL, 2014, p. 44). Aceitamos que o passado pré-colonial de Alagoas acaba por ser absorvido também nas delimitações vistas no tópico anterior. Entretanto, a indagação-chave deste ensaio torna-se latente, e vale a pena repeti-la: a partir do que há escrito sobre o mundo pré-colonial do Brasil, seria possível periodizar essa longa temporalidade a um ambiente “recortado”, chamado aqui de Alagoas? Se sim, como harmonizar tantas ciências e operar uma narrativa cognoscível unificada em sentido diacrônico?

Primeiramente, partiremos do que há de mais bem delimitado, isto é, de seu ponto final: “a reflexão sobre as formas da vida humana, e, assim, também sua análise científica, percorre um caminho contrário ao do desenvolvimento real. Ela começa *post festum* e, por conseguinte, com os resultados prontos do processo de desenvolvimento” (MARX, 2017, p. 150). Nessa metodologia, os indígenas que estavam assentados em Alagoas no tempo de contato com os portugueses liderados pelo Donatário de Pernambuco, eram sociedades falantes de línguas do tronco tupi e macro-jê, de cultura e

---

<sup>4</sup> A pedido do/a “parecerista 1”, insiro a questão do “materialismo histórico-dialético” enquanto uma ampla tradição científica que vulgarmente foi denominada “marxismo”, ou, para os mais críticos (Theodor Adorno), “marxismo soviético – diamat”. Nesse artigo, me baseei em autores chave para minha proposta (a questão da diacronia), como os próprios Marx e Engels, assim como Edward Thompson e Clóvis Moura. Isso não descarta que, dentro de meu arcabouço teórico, outras figuras não apareçam enquanto referências, como Gyorg Lukács (para pensar a formação social), István Mészáros (para lapidar a questão da infraestrutura e superestrutura) e Jacob Gorender (basilar para o resgate da categoria modo de produção em períodos pré-capitalistas). Na arqueologia, a figura de Vere Gordon Childe ainda se faz presente, mesmo com todas as pesquisas melhorando e refutando suas várias teses. Entretanto, me amparo em Mário Liverani (que não se coloca enquanto “marxista” ou “materialista histórico”) e em sua leitura de Gordon Childe. Outros dois autores lidos para esse trabalho (mas não citados), foram Juliano Rezende (2006) e Neil Faulkner (2022), que se propuseram debater o legado de Gordon Childe e a própria defesa do materialismo histórico nos estudos arqueológicos. Outros autores “não-marxistas”, mas que mantiveram um diálogo interessante com as categorias do marxismo, e que estão no meu horizonte bibliográfico, são Karl Polanyi (1971) e Marshall Sahlins (2017). Nesse sentido, o/a “parecerista 2” me alertou sobre a debilidade de minha bibliografia referente à “arqueologia marxista”, indicando-me, em uma segunda revisão, os trabalhos de Luis Felipe Bate, Guillermo Acosta, Eric Wolf, Jorge Marcos, Iraida Vargas e Mario Sanoja. Por fim, deixo explícito que encaro o materialismo histórico-dialético enquanto uma teoria-metodologia totalizante, que contribui para entendimentos gerais e construção de modelos de explicação de sociedades em um recortado tempo histórico a partir da relação modo de produção e formação social.

organização tupinambá e jê; moravam em aldeias em áreas do litoral estuário-lagunar, do agreste catingueiro e da zona da mata e do sertão predominantemente catingueiro; construíam sítios oficinas e utilizavam de montículos dos antigos sambaquianos; praticavam atividades de caça, coleta, pesca e agricultura; tinham tecnologia lítica e ceramista e mantinham ainda contato com os abrigos sob rochas para prática (não exclusiva) do grafismo rupestre.

Se “a ‘arqueologia do leste da América do Sul deve ser vista como a Pré-História das populações indígenas históricas e atuais” (Brochado e Bomfim *apud* FUNARI & NOELLI, 2022, p. 128-129), devemos, por conseguinte, complementar tal assertiva: essa arqueologia do leste é ligada, historicamente, a uma arqueologia do oeste. Afinal, se o ponto final é o “resultado pronto do processo de desenvolvimento”, devemos voltar ao começo, não enquanto data teleológica, e sim como formação social que se liga em um *continuum* de transformações:

(...) as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas (...) (MARX, 2011, p. 58).

Nessa esteira de raciocínio, delimitemos, então, o que seria o “começo”: infere-se que Alagoas começou a ser “descoberta” e “explorada” por volta de 6000 AEC por povos da região da Caatinga (Sítio Justino, em Sergipe) (MARTIN, 2013, p. 64; MORAES et alii, 2019, p. 81-82). Posteriormente, essa mesma área da Caatinga, no oeste alagoano, foi mais bem ocupada por semi-sedentários em 3050-2190 (SILVA, 2003, p. 88) e 1550 AEC (LIMA, MORAES, 2017, p. 17), no sítio São José II, em Delmiro Gouvêa. Esses povos catingueiros dividiram o espaço de Alagoas com novas levas populacionais, sendo eles os construtores de sambaquis que se estabeleceram nos litorais, em áreas de estuário lagunares, com periodização segura em 320 AEC (sítio Saco da Pedra) até períodos da Era Comum próximos à colonização, em 1060-1380 (sítio Caboclo II) (SILVA, 2009, p. 22, 34, 39, 72-74, 78; SILVA, 2017, p. 144). Concomitante, grupos indígenas tupinambás chegavam pelas florestas da zona da mata norte de Alagoas tomadas nos finais do período antes da Era Comum (AEC) (LIMA, 2006<sup>5</sup>).

---

<sup>5</sup> Sem denominação de sítio, caracterizados apenas como “sítio ocorrência”.

Esse começo, e seu desenvolvimento, fazem parte de um conjunto de experiências, que, seguindo suas revoluções, continuidades e rupturas, chegou ao que chamáramos de presente (no nosso caso, as sociedades aldeadas jê e tupinambá em 1535-1541):

A história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições (MARX & ENGELS, 2007, p. 40)

Essa relação entre um passado e um presente estabelecido só se torna cognoscível por meio da diacronia:

Se a ação dos homens no passado é o seu objeto [da ciência histórica] – e essa ação quer dizer desenvolvimento, transformação –, não se pode negar que a ciência histórica, por isto mesmo, somente se afirma quando, além de analisar os fatos parados e isolados, concatena-os em um tempo (periodização), consegue descrever e explicar a estrutura e o ritmo desse período, e, ao mesmo tempo, estabelece as categorias que o interpretam e situam hierarquizado no processo de desenvolvimento global. (...) Isto porque o homem somente se humaniza como ser social, o que equivale a dizer, como ser histórico, pois o social somente pode ser compreendido em sua dinâmica, diacronicamente. (MOURA, 2025, p. 44-45)

A diacronia, portanto, não significa uma unilinearidade etapista e teleológica, e sim um fluxo, e deve ser analisado não de maneira passiva pelo historiador, mas enquanto método da compreensão do movimento histórico que se sustenta nas ações sincrônicas. Logo, diacronia e sincronia devem andar em conjunção:

(...) [1] Como *elos numa série linear de ocorrências*, ou fatos contingentes – isto é, a história “tal como realmente aconteceu” (mas nunca poderá ser plenamente conhecida) – na construção de uma exposição narrativa; sendo essa reconstrução (...) em *constituente essencial da disciplina histórica*, um pré-requisito e premissa de todo conhecimento histórico, a base de qualquer noção objetiva (distinta da teórica) de causação, e a preliminar indispensável à construção de uma exposição analítica ou estruturada (que identifica relações estruturais causais), mesmo que no curso dessa análise a narração primitiva sequencial sofra, ela mesma, uma formação radical; [2] como *elos numa série lateral* de relações sociais/ideológicas/econômicas/políticas (...), permitindo-nos assim restabelecer, ou inferir, a partir de muitos exemplos, pelo menos uma “seção” provisória de uma dada sociedade no passado – suas relações

características de poder, dominação, parentesco, servidão, relações de mercado, e o resto (...) (THOMPSON, 1988, p. 38-39).

Se a história indígena (dos indígenas) em Alagoas inicia-se, ao que tudo indica, na caatinga, 6000 AEC, e muda drasticamente com a chegada dos europeus, em 1535 EC, nos litorais, resta agora empreender o estudo de como se deu o processo histórico de migração, assentamento, ocupação e relacionamento entre nações de toda a área do atual estado de Alagoas.

#### *REDEFINIR ALAGOAS PRÉ-COLONIAL ENQUANTO UMA ALAGOAS MESOPOTÂMICA*

Quando dissertamos sobre Alagoas, estamos, invariavelmente, tomando como espaço geográfico uma porção de terra batizada por colonizadores que chegaram nos espaços dos litorais e foram, paulatinamente, conquistando os sertões. Não sendo gratuito que, no início da colonização, o sul de Pernambuco era conhecido como região “das Alagoas”/“das Lagoas”. Em 1712, tornou-se a Comarca das Alagoas da Capitania de Pernambuco. No ano de 1817, a partir de sua independência, foi alçada a Capitania das Alagoas. A Província das Alagoas logo apareceu em 1821, conservando esse nome até 1889, quando se tornou o estado de Alagoas.

Nesse sentido, “Alagoas” – assim como “Brasil” – é uma nomenclatura inventada no período colonial, e que obedeceu a uma determinada dinâmica de assentamento, migração e ocupação territorial pelos lusitanos. No período colonial, as lagoas Mundaú e Manguaba serviram como espaço de origem da colonização, situação essa que difere do período pré-colonial.

Afinal, se a toponímia “Alagoas” é uma invenção lusitana, seria necessário redefinir tal toponímia para o longo período pré-colonial? A resposta, como era de se esperar, será arbitrária. Acreditamos que um novo nome para Alagoas não invoca um preciosismo ou radicalidade epistêmica, sendo antes um artifício pedagógico que auxilia o indivíduo a entender que existia uma Alagoas antes dos portugueses chegarem, e que essa Alagoas (ou “essas Alagoas”) tinha(m) outro(s) nome(s) – que desconhecemos –, e que foi batizada enquanto Alagoas de maneira igualmente arbitrária pelos colonizadores.

Assim sendo, não podemos apenas utilizar o epíteto “pré-colonial” para definir a história de Alagoas antes da chegada dos lusitanos? A princípio sim, pois o desenvolvimento histórico das sociedades indígenas chegou a um patamar em que as áreas litorâneas e lagunares se tornaram espaço de assentamento e possível distribuição de populações originárias que por lá recriavam suas culturas. Porém, como veremos adiante, a própria noção de “Lagoas” muda radicalmente ao depender do tempo

histórico. Nos tempos “pré-coloniais”, as duas grandes lagoas se tornaram locais intermediários na longa marcha de migração, assentamento, ocupação e colonização do espaço que hoje chamamos de “Alagoas”. Em termos mais radicais: Alagoas não nasceu das lagoas. Encarar Alagoas enquanto toponímia suprahistórica cria um problema maior, que é o de como operar e estabelecer uma nomenclatura que caracterize e ajude a definir pedagogicamente a história diacrônica de como os primeiros povos originários saíram da caatinga, em aproximadamente 6000-3000 AEC e colonizaram, junto com os jês, os sambaquianos e os tupinambás, a zona da mata e os litorais lagunares séculos antes do início da nossa Era Comum. Em outras palavras: se Alagoas não existia, esses antepassados indígenas migraram, colonizaram e se assentaram aonde?

Para empreender essa avaliação, partiremos de uma proposta ousada de Dirceu Lindoso, de que Alagoas devia sua formação não por influência de suas duas grandes lagoas, e sim por todo o complexo de sua “rede potâmica” (LINDOSO, 2019, pp. 64-65, grifos meus):

**O que caracteriza geograficamente Alagoas é a existência de uma rede potâmica que cobre toda sua extensão, (...) Entre esses longos vales potâmicos se situam inúmeros rios menores e lagoas, que formam mais que os rios maiores e a rede hídrica que cobre toda Alagoas.** Essa presença perene de águas, e a concentração de matas atlânticas nas terras subuneses do norte, criam uma distinção geográfica que separa o sul do antigo Pernambuco da continuidade de tabuleiros (...) **Alagoas se forma como uma distinção geográfica sobre a qual se veio criar, historicamente, uma distinção cultural.** (...) Esta imagem nos ajuda a entender Alagoas como uma distinção geográfica, com a configuração de um trapézio regado, em toda sua extensão, por rios, riachos, lagoas e lagunas. No mapa do antigo Pernambuco, a água é o elemento distintivo da realidade geográfica nomeada Alagoas. **É a água, e não as montanhas e terras secas, que faz de Alagoas uma realidade geográfica distinta do resto da capitania de Duarte Coelho.** A hidrografia alagoana criou a autonomia geográfica de Alagoas antes que um ato real estabelecesse a autonomia política. Com seus dois modelos de colonização, Alagoas preparou-se politicamente para a autonomia. Mas primeiro foi a geografia.

Seguindo tal *insight*, acredita-se que Lindoso “mirou no certo e acertou o errado”. Isto é, a questão da rede potâmica ajuda a entender a Alagoas Colonial, porém não retira a centralidade da criação-formação das Alagoas em torno do núcleo das duas grandes lagoas Mundaú e Manguaba. A vontade de Lindoso de definir e entender a espaciologia da colonização ainda continuava presa à própria dinâmica da colonização lusitana. Porém, sua ousada interpretação não deve ser por isso descartada.

Deste modo, devemos nos apropriar da questão da “rede potâmica”, enquanto originária da ocupação pré-colonização portuguesa. Afinal, foi no rio Opará [São Francisco] que encontramos os vestígios mais antigos de ocupação dos antepassados dos povos indígenas, seguindo, temporalmente, as áreas das lagoas e restingas pelos sambaquianos e espaços da zona da mata, que, por sua vez, é cortada pelo rio Una.

Portanto, para os períodos pré-colonização portuguesa, devemos reorientar nossa visão de migração, ocupação, dominação e colonização espacial dos povos indígenas em uma grande extensão *mesopotâmica*, uma vez que essa será toda a área de desenvolvimento social dos povos anteriores aos jês, bem como dos próprios jês, sambaquianos e tupinambás, a partir de ocupação e vivência em suas extensões de caatinga, zona da mata, restinga e manguezais.

Se a atual Alagoas foi “criada”, compreendida e explicada a partir do movimento da colonização portuguesa que grassou (abriu, rasgou) o território pelas duas grandes lagoas e sua rede potâmica no sentido litoral-sertão/leste-oeste, devemos, agora, partir de um sentido inverso e encarar que Alagoas, antes de ser invadida pelos lusitanos, não deve receber o epíteto “pré-colonial” para fundar sua existência em contraposição à Alagoas Colonial e Pós-colonial. Essa Alagoas pré-colonial tinha história própria (ou várias histórias), que, para nós, não partia do ato centrífugo de saída das lagoas Mundaú e Manguaba para a complexa rede potâmica, e sim que os povos originários, advindos inicialmente da caatinga, sentido sertão para o litoral, mas também aparecendo pelas restingas e zona da mata, abraçaram (cultivaram, colonizaram, cuidaram, dominaram) os interiores da atual Alagoas a partir de suas experiências via Opará, Panema, Jacuípe, Persinunga, Una, Paraíba, entre tantos outros rios.

Portanto, para facilitar a historiação e periodização da “Alagoas pré-colonial”, tomando como base o movimento de migração e assentamento, sugerimos que essa história seja contada enquanto a história de uma Mesopotâmia, ou, mais propriamente, dos vários espaços influenciados pela rede potâmica, de uma *Alagoas Mesopotâmica*.

#### *A ESPACIOLOGIA DIACRÔNICA DA ALAGOAS MESOPOTÂMICA*

Utilizar *Alagoas Mesopotâmica*, enquanto um jogo de palavras puramente pedagógico (desconstruir a centralidade das lagoas e atentar para a influência dos rios) para esquivarmos do termo “Alagoas Pré-Colonial”, é somente uma parte da proposta. Deste modo, torna-se necessário a organização diacrônica de Alagoas a partir do que já se tem bem estabelecido, apoiado na arqueologia brasileira. Nessa organização, priorizaremos a divisão histórica da *Alagoas Mesopotâmica*



visualizando como ponto inicial os marcos finais e iniciais que elencamos em tópico anterior. Para formular uma história que una os dois marcos (6000 AEC na caatinga e 1530 EC na restinga), em um movimento diacrônico do elos linear, mas sem ignorar os momentos sincrônicos dos elos laterais, dissertaremos as experiências humanas com foco nos movimentos migratórios de descoberta, ocupação e dominação dos espaços da *Alagoas Mesopotâmica* pelos vários povos originários.

Esse movimento de migração, assentamento, dominação e colonização será dividido com base no espaço geográfico em que consideramos como áreas onde ocorreram novas formas de organizações sociais. Acreditamos que uma orientação geográfica nos auxilia na construção didática e na narrativa diacrônica do processo do fazer-se histórico da *Alagoas Mesopotâmica*. Desta feita, teremos (inicialmente) três momentos do movimento da história pré-colonial: *Caatinga Mesopotâmica*, *Laguna Mesopotâmica* e *Mata Mesopotâmica*. Em outras palavras, a história humana que estamos tentando entender nasceu na caatinga, depois se fez nas lagoas e caatinga e, por fim, absorveu, com as matas, toda a área entre os rios Una e Opará.

E, a cada mudança de momento histórico (de *Caatinga* para *Laguna*, por exemplo), não se fala em etapas superadas, mas antes temos em conta de que esse desenvolvimento é acompanhado de uma nova formação social predominante que dará a característica principal ao tempo histórico que lhe é próprio, enquanto centro irradiador de cultura, organização, movimentação e economia. Esta nova formação social deve ser considerada enquanto mantenedora e devedora da formação social com quem manteve mediações e contradições, ao mesmo tempo em que se coloca como concorrente com outras formas de organização quem possam vir a aparecer.

Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta (MARX, 2011, p. 59)

Isto é, o método de operação da diacronia nos permite aceitar o que chamaremos de modo de produção coletivista forrageador (conhecido como caçador-coletor) foi o dominante em tempos de *Caatinga* e *Laguna*, sendo originador do aparecimento da agricultura em tempos de *Laguna*. Somente no período da *Mata* é que o modo de produção coletivista agricultor passou a ser o dominante, sem, no entanto, descartar as dinâmicas de seu modo de produção anterior, que, dentro de seu movimento interno de contradição e mediação, resguardava em seu âmago o que seria, depois, o modo de produção coletivista agricultor.

Por conseguinte, compreendemos que a migração (ocupação do espaço), o assentamento (organização social) e o modo de produção (reprodução material da vida) são o que caracterizam (mas não nomeiam) cada periodização histórica específica na longa *Alagoas Mesopotâmica*. Essa posição vai de encontro com o que colocamos *supra* acerca de nosso referencial marxista. Porém, no atual estágio de nossas pesquisas, ainda não temos elaborado uma maneira melhor de nomear os períodos históricos da *Alagoas Mesopotâmica* por meio das dinâmicas sociais que nela foram dominantes.

Da mesma feita, junto às caracterizações geográficas, utilizaremos balizas temporais para os três momentos. A *Caatinga Mesopotâmica*, de anterior a 3000 AEC a aproximadamente 300 AEC; a *Laguna Mesopotâmica*, de anterior a 300 AEC a aproximadamente 420 EC; e a *Mata Mesopotâmica*, de anterior a 420 EC a aproximadamente 1541 EC. Essas datações são simbólicas e temporárias, haja vista que se baseiam no atual andamento das pesquisas arqueológicas, podendo ser mais recuadas do que normalmente se apresentam até então. Essa divisão temporal não ignora e nem sai da escala proposta das três etapas-duas fases. O que pretendemos aqui é estabelecer um ponto de apoio nas ocasiões das mudanças a partir das migrações e assentamentos.

Assim sendo, como bem provocou Dirceu Lindoso: “a historiografia alagoana permanecerá um projeto se não estabelecer em detalhe a espaciologia da colonização” (LINDOSO, 2019, p. 37). A partir de agora, é mister operarmos esse estudo para os tempos *mesopotâmicos*.

### **A CAATINGA MESOPOTÂMICA (ANT. 3000 AEC A APROX. 320 AEC)**

Definiremos *Caatinga Mesopotâmica* como o período de aparecimentos humanos nas regiões dos pediplanos alagoanos em seu bioma caatinga, no Pleistoceno pós-Último Máximo Glacial até o Holoceno do Ótimo Climático, tomando como base a 1ª etapa e 1ª fase e início da 2ª fase da ocupação indígena do Brasil – isto é, etapa paleoíndia com predominância de formações sociais caçadoras-coletoras e, inicialmente, o aparecimento de populações sambaquianas e depois agricultoras ceramistas. A ênfase no termo *Caatinga* parte da consideração de que “do pleistoceno, não há indícios de ocupações pré-históricas no litoral do Nordeste” (MARTIN, 2013, p. 42, 44 e ss.).

O primeiro momento não deixa de ser hipotético. A baliza temporal dos povos que chegaram no Nordeste inicia-se por volta de 10050-8050 AEC (MARTIN, 2013, p. 56; ESTEVES, 2023, p. 366), advindos de sociedades de troncos mais longínquos que tem relação com a Amazônia, o Planalto Central e o Pantanal de 12.000-5000 AEC (AB’SABER, 1994-1995; MARTIN, 2013, p. 42, 44 e ss.; NEVES, 2022; ESTEVES, 2023, p. 276). O clima teve sua importância nesse movimento diacrônico e sincrônico de migração e assentamento no que é hoje o “litoral” brasileiro: “no decorrer do

Pleistoceno o clima do Nordeste, embora tenha apresentado fases ligeiramente úmidas, evoluiu para clima semi-árido” (SILVA, 2008, p. 33). O Ótimo Climático dá-se com o retorno de uma “tropicalidade”, que teria iniciado a partir de 4550 AEC, com uma transgressão marinha que removimentou areias, criando restingas e lagoas (AB’SABER, 1994-1995, p. 26 e 32; SILVA, 2008, p. 133-134; DONEGÁ, 2022). “Informações indicam que entre 10.000 e 6000 anos BP, ocorreu na região que compreende a zona da mata de Alagoas e Pernambuco, um processo geomorfológico de reumidificação com total adaptação da vegetação, perda de solo e preenchimento dos vales e várzeas fluviais” (LIMA, 2006, p. 24, 35-36).

Esse é o contexto histórico mais recuado das experiências humanas nas áreas do Nordeste e, por conseguinte, de Alagoas. Entretanto, os indícios de ocupação da margem “alagoana” do Baixo Opará [São Francisco] ocorreu com segurança entre 3050-2200 anos AEC (SILVA, 2003, p. 88; SILVA, et al, 2019, p. 96), ou seja, no período do Holoceno do Ótimo Climático. A principal evidência (nosso marco temporal inicial) é o sítio arqueológico São José II, que está localizado em Delmiro Gouveia. Escavações das práticas funerárias já datam presença, ali, entre 3050-2190, 2050 e 1550 AEC (SILVA, 2003, p. 88. SOARES, 2019, p. 22; LIMA, MORAES, 2017, p. 17). Desse sítio arqueológico, podemos qualificar a *Caatinga Mesopotâmica* enquanto espaço de experiências humanas iniciais predominantemente de sociedades caçadoras e coletoras, que foram recebendo novas levas de povos ceramistas.

O Sítio São José II, em Delmiro Gouvêa, faz fronteira ao Sítio Justino, no município sergipano de Canindé, no médio Opará [São Francisco]. Nesse segundo sítio, encontra-se uma necrópole, cuja relação com o rio, bem como estar situado em área de caatinga, serve para problematizarmos os primeiros habitantes de “Alagoas” por um caminho diferente dos brejos de altitude, da mata atlântica e dos sambaquis. O Sítio Justino era visitado por grupos de caçadores-coletores que, a partir de 7050-6050 AEC, “percorriam os diferentes compartimentos da paisagem”, e deixaram “sítios arqueológicos dispersos” (FAGUNDES, 2010, p. 93).

Outros indícios envolvem os estudos dos grafismos encontrados nos sítios da caatinga de Alagoas, que invocam duas tradições: a Agreste e a Geométrica (MORAES et al, 2019, p. 62; MORAES, 2019, p. 145 e ss.). Em Delmiro Gouvêa identificaram-se grafismos rupestres da tradição Agreste. A ausência de cronologia nos sítios, entretanto, “dificulta as interpretações”. Porém, isso não impede um traçado macro-temporal, já comprovado por novas técnicas de pesquisa (OLIVEIRA, JÚNIOR, 2019):

as figuras no[sic] Assentamento Lameirão, por serem majoritariamente reconhecíveis pertençam à Tradição São Francisco. (...) realizadas por grupos pré-históricos originários do Planalto Central do Brasil e estabelecidos no Vale do São Francisco desde o final do Pleistoceno até períodos relativamente recentes do Holoceno (MORAES et ali, 2019, p. 81-82).

A partir dessas pistas, rastros e sinais (GINZBURG, 1989, p. 143-179) podemos – ainda no âmbito da hipótese – inserir a origem da *Caatinga Mesopotâmica* como uma caracterização histórica própria inserida no arco maior da etapa Paleoíndia cuja formação social predominante era dos caçadores-coletores. Desse modo, partiremos do que há de produzido na bibliografia.

Longe de um determinismo geográfico (LIMA, 2006, p. 15 e ss.; FUNARI & NOELLI, 2022, p. 59-60), devemos considerar que as vivências dos povos catingueiros estavam intrinsecamente ligadas à natureza, e desenvolveram no pleistoceno uma miríade de atividades:

Seleção obrigatória de frutos e raízes. Tipos de animais para nutrição. Valor diferencial das nascentes e cursos d'água. Técnicas de caça e de guerra. Primeiros instrumentos. Até chegar no uso do fogo. Vestuário rudimentar, na base das ofertas da natureza. Muitos morreram ao provar frutos, ervas e raízes desconhecidas. Outros viveram devido a descobertas bem-sucedidas, logo incorporadas à sua cultura embrionária (AB'SABER, 1994-1995, p. 12).

Apesar das grutas serem o espaço por excelência desse momento do movimento de migração e assentamento na caatinga, e a margem do rio Opará ser local de vivência, é-se necessário dar uma atenção à questão da centralidade dos rios no período histórico da *Caatinga Mesopotâmica*.

Para Alagoas, investigações recentes começam a demonstrar que os primeiros indícios de nações originárias em terras nordestinas teriam advindo pelo curso do grande rio (ETCHEVARNE, 1999-2000, p. 115; ESTEVES, 2023, p. 258). Esses indícios servem pra complexificar colocações que argumentam que os antepassados indígenas do Pleistoceno “não conseguiam trabalhar o rio como elemento de recursos naturais fundamentais, eles trabalhavam mais o olho d'água, a fonte, um brejo, um paleo-brejo do período pleistoceno, para copiar a ideia de brejo que se tem no sertão do Nordeste” (AB'SABER, 1987, p. 12; MARTIN, 2013, p. 119-120). Nesse sentido, para “Alagoas”, devemos fincar a participação do Opará nas migrações e assentamentos, porém, sem ignorar os aspectos climáticos e geográficos, aceitando, assim, as vivências em suas áreas de montanhas e grutas, como já está bem consolidado nas pesquisas arqueológicas sobre o nordeste pré-colonial brasileiro.

Para momentos do Paleoíndio e de práticas caçadoras e coletoras, os sopés de montanha e as grutas no Brasil já apresentam materiais que indicam que, nas entradas, havia “blocos rochosos

provavelmente com serventias de proteção e defesa do local, [além de] (...) fogueiras permanentes”, ao fundo da gruta, protegida pelos blocos (LAROCHE & LAROCHE, 1987, p. 31). Os abrigos úmidos, essenciais para proteção contra o calor, também foram ímpares na necessidade de armazenamento de água por meio de *caldeirões* naturais ou artificiais (AB’SABER. Op. Cit., 1994-1995, p. 13).

Se aceitarmos a proposta de que a vivência dos grupos humanos catigueiros perpassou uma dialética entre Rio Opará e sopés de montanha, as ocupações a céu aberto, uma vez que os abrigos sob rocha como as grutas encontravam-se mais afastados do rio, não seriam utilizados como *habitat*, mas, no máximo, como ocupações muito curtas (MARTIN, 2013, p. 111 e ss.; ESTEVES, 2023, p. 47). O resultado dessa dialética ainda está para ser aprofundado no caso de Alagoas (propriamente da *Caatinga Mesopotâmica*), mas isso não invalida algumas conclusões desde que nos valhamos de um tipo de dinâmica que evidencie, indiretamente, o usufruto de grutas e sopés de montanha por comunidades humanas na *Caatinga Mesopotâmica*. O elo acaba por ser os animais da megafauna, conhecidos por caracterizarem a ambientação da etapa Paleoíndio.

A dinâmica entre rios e sopés de montanha na caatinga deriva da necessidade dos grupos humanos em operacionalizar a reprodução da vida e, por conseguinte, da sociedade. Operação complexa, uma vez que, para os povos originários da etapa Paleoíndio e de formação social caçadora-coletora, havia locais habitados por animais da megafauna que impunham estratégias diversas, sendo “evitados ou somente visitados em ocasiões especiais, em campanhas coletivas de caça” (GUERÍN, 1996; BELTRÃO, 1996, p. 134-135). Em várias áreas da *Caatinga Mesopotâmica*, da Mesorregião do Agreste e Mesorregião do Sertão de norte (fronteira com Pernambuco) a sul (margeando o Opará), identifica-se a existência da megafauna que datam dos fins do Pleistoceno e início do Holoceno (SILVA, 2008, p. 62-64, 111-127, 142-147, 149). “E, assim, as incursões dos homens das cavernas, ao mundo exterior, ficavam limitadas a um círculo de economicidade natural e seletiva” (AB’SABER, 1994-1995, p. 20).

A princípio, arrisca-se afirmar: os grupos humanos do pleistoceno tardio até o início do holoceno do Ótimo Climático, nas regiões do Opará e das bacias hidrográficas de Capibaribe e Una, podem ser aceitos enquanto de formações sociais que pertenciam a coletividades de caçadores, coletores, pescadores e marisqueiros, tendo diferentes mesclas no longo tempo e espaço. Utilizavam de instrumentos líticos lascados, com ausência de cerâmica, ao mesmo tempo em que moravam em grutas, cavernas de sopé de montanhas, habitando os brejos, rios e caatingas, dividindo os espaços com os animais da megafauna.

Dos vestígios elencados acima, podemos aceitar que a *Caatinga Mesopotâmica*, no período do Pleistoceno Tardio até o início do Holoceno do Ótimo Climático, não possuía agrupamentos humanos

em áreas da zona da mata e nas restingas. Por isso, apesar de viverem formações sociais do Paleoíndio, tais grupos eram ocupantes das áreas que hoje são os sertões da caatinga alagoana, com sua geomorfologia de pediplanos e possíveis moradores de grutas e sopés de montanha.

Essa situação mudará, como vimos no nosso marco temporal inicial no sítio São José II, em Delmiro Gouvêa. O aparecimento de cerâmica no alto sertão alagoano demonstra que a *Caatinga Mesopotâmica* recebeu, provavelmente, antes das matas e do litoral lagunar, levas de povos ceramistas possivelmente do tronco macro-jê, que se relacionaram com os antigos caçadores-coletores. É muito provável que esse marco inicial de Delmiro Gouvêa represente um resultado de um complexo movimento migratório e de expansão social de povos caçadores coletores, bem como os primeiros agricultores e ceramistas. Nesse complexo movimento, os interiores da *Alagoas Mesopotâmica* acabaram se tornando palco dessa longa e intensa dinâmica social.

#### AS CONQUISTAS PELAS MESOPOTÂMIAS

Saber organizar as relações produtivas foi um dos aspectos que marcou a passagem das sociedades, em suas descontinuidades e continuidades, por formações sociais caçadoras coletoras predominantemente nômades (um modo de produção coletivista forrageador) para um semi-sedentarismo, com o cultivo e domesticação de plantas (um modo de produção coletivista agricultor) (SCHEEL-YBERT, BOYADJIAN, CAPUCHO, 2022, p. 14). A caça no holoceno mudou consideravelmente, podendo contar com animais de médio porte: “a fauna testemunhada nesses artefatos ósseos indica um meio-ambiente rico em recursos de caça e, portanto, mais favorável à fixação humana que o existente à 9000 anos” (LIMA, 1987, p. 57).

A existência de cerâmica no Sítio São José II deve servir para problematizarmos esse vazio histórico entre os povos Paleoíndios do Sítio Justino e os povos ceramistas de São José II. Isto é, houve uma mudança gradual de um nomadismo ao semi-sedentarismo na *Caatinga Mesopotâmica*? A caça de animais de médio porte e o cultivo de plantas foram práticas nas áreas entre os sopés de montanha e as margens de rios, lagoas e brejos no sertão alagoano? Torna-se ainda difícil mensurar os caminhos dos grupos humanos *mesopotâmicos* nessa supressão (o que se descartou, o que se manteve, e o que se elevou a algo novo).

Assim sendo, nos refugiamos em estudos regionalmente próximos à *Caatinga Mesopotâmica*. Sabemos que, para alguns espaços catingueiros de Pernambuco, houve mais a prática da coleta, e menos da caça: ocorria a “exploração da flora xerófila da Caatinga e a coleta de moluscos”, enquanto “suportes da subsistência do grupo” (LIMA, 1987, p. 57). O litoral, já habitável no Ótimo Climático



no período da *Caatinga Mesopotâmica*, recebia novas levas populacionais de povos considerados sambaquianos, que utilizavam das plantas, uma vez que sua vida e dieta não se baseava exclusivamente em torno dos moluscos (SILVA, GASPAR, 2019, p. 8).

Concomitante à exploração da flora, ocorria, também, de modo sincrônico, a mudança no trato dos artefatos líticos. A partir de vestígios líticos e de combustão, sabe-se que os grupos nômades do paleoíndio, caçadores e coletores, que ocuparam o nordeste do Pleistoceno faziam uso de pedras lascadas por ações naturais, transportavam seixos e pedras para construção de estruturas dentro das grutas, além das evidências deixadas de fogueiras (PARENTI, 1996, p. 20, 28-29, 36 e ss.; MARTIN, 2013, p. 98). Já os grupos ceramistas e agricultores aparentavam ter outro domínio sobre as pedras e diferentes trabalhos tecnológicos. Não devemos ler essas pistas como uma hipótese de evolução abrupta unilinear ou que os ceramistas seriam mais “refinados” ou tecnologicamente “superiores”. Cada grupo social, fosse na confecção, ou na utilização em forma natural, operava de forma racional os artefatos líticos enquanto tecnologia, obedecendo, no limite, seus tempos históricos próprios (sincrônicos), enquanto dividiam, em uma totalidade, um movimento diacrônico de mudança nos tratos das operações de caça, coleta e cultivo incipiente<sup>6</sup>. Em outras palavras, teria havido uma “lenta e gradual evolução dos grupos antigos que povoaram e se adaptaram à região durante milhares de anos”. (MARTIN, 2013, p. 90).

---

<sup>6</sup> A questão da tecnologia lítica para os grupos forrageadores e ceramistas ainda é complexa em demasia para mim, e uma melhor apreciação não pode ser feita nesse ensaio. O/a “parecerista 1” chamou minha atenção para uma relativa simplicidade de como eu trabalhei essa posição do material lítico. Correndo o risco da vulgaridade de minha posição (uma vez que não disponho do material bibliográfico orientado pelo/a parecerista), optarei por essa versão “simplificada”, e, portanto, passível de toda a crítica. Deixo, aqui, a escrita do/a parecerista, para apreciação dos leitores: “Na versão anterior ao artigo comentamos: ‘Precisa delimitar o que é uma relação geológica e ecológica, sobretudo se um dos pontos de partida são o aproveitamento de rochas e minerais para uso imediato, sem passar por etapas de confecção. Entretanto, é importante perceber que mesmo que a cadeia operatória da tecnologia lítica, dos grupos coletores-caçadores, apresentem o uso direto após a seleção da matéria-prima, isso reflete uma escolha tecnológica cujos critérios estão baseados no conhecimento técnico e saber-fazer das sociedades (o que inclui o uso, ou seja, funcionamento)’. Entretanto, é importante destacar que o uso de artefatos líticos produzidos por meio do aproveitamento direto da matéria-prima, sem outras etapas de manufatura, não representa toda a diversidade artefactual observada nos contextos de caçadores-coletores. Há, por exemplo, instrumentos cuja produção envolve múltiplas etapas técnicas, como os planos-convexos identificados em sítios associados à Tradição Itaparica (ou Tecnocomplexo Itaparica, conforme a proposta de Antoine Lourdeau em 2010)’; sobre a questão do uso do material lítico pelos grupos ceramistas, o aviso consistiu na seguinte observação: “Em relação aos métodos e técnicas de lascamento, observa-se que, nos contextos ceramistas, há uma menor diversidade de processos de produção quando comparados àqueles conhecidos para os contextos de coletores-caçadores. Na literatura arqueológica, especialmente entre a década de 1970 e o início dos anos 2000, a menor diversidade observada na tecnologia de lascamento dos grupos ceramistas era frequentemente interpretada como indicativa de menor complexidade em comparação com os grupos de caçadores-coletores. No entanto, a partir dos anos 2000, novas abordagens teóricas e metodológicas permitiram identificar, caracterizar e descrever de forma mais detalhada os métodos e técnicas de lascamento empregados pelos grupos ceramistas. Ainda assim, não é possível afirmar que a tecnologia lítica desses grupos seja mais refinada, nem que seus artesãos tivessem maior domínio técnico. O que se observa é que os grupos ceramistas passaram a desenvolver novos métodos e técnicas na produção de artefatos líticos, ausentes nos contextos anteriores, como o picotamento e o polimento” (Parecerista “1”).



E voltemos à Delmiro Gouvêa de 3050 AEC. Se aqueles grupos ceramistas eram resultado de um longo processo de conquista e ocupação da *Caatinga Mesopotâmica*, nem por isso eles representavam o ponto final da experiência de ocupação da *Alagoas Mesopotâmica*. Nesse ponto do raciocínio, é possível afirmar, a partir do que já foi escrito, que o movimento catingueiro acabou sendo também um movimento ao litoral. A diferença agora reside que, no tempo das possíveis migrações ao leste, os povos catingueiros se depararam com outras levas populacionais, pertencentes, como vimos no início desse ensaio, à segunda e terceira etapa de ocupação do território brasileiro. Isto é, a *Caatinga Mesopotâmica* tornava-se palco – e se transformava – com a chegada dos povos sambaquianos em áreas de restinga e povos tupinambás na zona da mata norte.

#### **A LAGUNA MESOPOTÂMICA (ANT. 320 AEC A APROX. 420 EC)**

É verdade que o momento climático auxiliou, mas não determinou, a relevância do litoral alagoano nesse movimento de migração, ocupação e assentamento (AB’SABER, 1987; NEVES, 2022, p. 80-87, OLIVEIRA, 2023, p. 25, 27-28). Estabelecer migrações de populações e culturas ainda é assunto delicado. Partindo do modelo das três etapas-duas fases descritos no início desse ensaio, acredita-se que a chegada de novos povos e culturas na *Alagoas Mesopotâmica* teve como consequência o início do momento de abertura das matas e navegações dos rios e dos litorais, com descobertas das restingas, mangues e grandes lagoas. O interior semi-árido da *Mesopotâmia* era colonizado; as matas eram desbravadas; as restingas recebiam levas populacionais e, assim, a *Laguna Mesopotâmica* passava a existir.

Entretanto, a existência da *Laguna Mesopotâmica* não se dá por exclusividade das migrações orientadas, em parte, por mudanças climáticas. E, nesse sentido, o que diferenciaria o período histórico da *Caatinga Mesopotâmica* do momento da *Laguna Mesopotâmica*? Ao que tudo indica, o período histórico da *Laguna Mesopotâmica* só adquiriu feições próprias por consequência dos encontros de formações sociais distintas, como as caçadoras coletoras, as sambaquianas e os agricultores ceramistas. Nesse sentido, a *Laguna Mesopotâmica* caracteriza-se como um momento em que havia uma miríade de modos de produção e reprodução material da vida, bem como de organizações sociais em seu sentido mais *lato*. Era um momento novo, único, em que não havia, a princípio, uma formação social dominante (caçadora coletora ou agricultora ceramista), sendo antes um período de continuidades e rupturas, baseadas em transformações, disputas e contatos.

Voltemos ao termo *Mesopotâmia*, que ajuda a problematizar melhor a ocupação de Alagoas. Na época da *Caatinga Mesopotâmica*, a história foi vivida a partir da relação: grutas e sopés de

montanhas com os rios e as lagoas, no sentido tanto norte-sul como (principalmente) oeste-leste. Sabemos que tais áreas eram locais preferidos de grupos do Pleistoceno e Holoceno pré-Ótimo Climático. O Ótimo Climático contribuiu para os ensaios de saída desses abrigos. Porém, imaginar um abandono total das grutas não é um caminho seguro de análise. Lembremos dos achados arqueológicos em Delmiro Gouvêa, que atestam com segurança a presença de grupos já estabilizados entre 3000 e 2000 AEC, com produção cerâmica e que nos serve como marco inicial da caracterização social da *Alagoas Mesopotâmica*.

As grutas e abrigos escavados no Opará demonstram atividades frequentes de caçadores-coletores que datam entre 5050, 4440, 2550, 810, 550 AEC, até datas da Era Comum. Em relação aos sítios à céu aberto, observou-se a presença abundante de material lítico, caracterizando esses espaços como “sítios-oficinas”. Não houve formação de comunidades mais longas, uma vez que as pesquisas atestam que tais sítios foram utilizados de maneira temporária por vários grupos humanos.

Os brejos, por outro lado, devem ser lidos com acuidade. Por serem espaços de umidade, encontra-se neles solo fértil para cultivo ideal “de quase todos os produtos e frutas típicas dos trópicos úmidos”. O brejo é, portanto, um enclave tropical no semiárido: “trata-se de mesoclimas entre áreas de grandes déficits hídricos” (SILVA, 1987, p. 51). Ao fim e ao cabo, áreas de brejo consistiam em pontos atrativos para concentração de comunidades humanas fora das grutas, na caatinga (MARTIN, 2013, p. 43). Em áreas pernambucanas e alagoanas (vales do Capibaribe, do Ipojuca, do Una e do Ipanema), os brejos de altitude e de encosta foram essenciais para promover a alimentação básica e a caça para os grupos caçadores-coletores, com especial menção a grupos do agreste pernambucano (região de Arcoverde) que habitaram aquelas áreas por volta dos anos 50 AEC (AGUIAR, 1987, p. 147).

A ocupação do oeste alagoano pode ser interpretada pela leitura da disponibilidade dos brejos de altitude. Essas áreas, dentro da caatinga, e em conjunção com os grandes rios Opará e Una, poderiam ser espaços fulcrais das migrações e aventuras ao leste (litoral) daquela *Mesopotâmia* ainda dependente das grutas catingueiras.

Esse período coincide com as mudanças no nível do oceano, que influenciou à sua maneira as ocupações humanas nos litorais (SILVA, 2017, p. 40 e ss. PEROTA, 1987, p. 111). Essa dinâmica geológica proporcionou terras férteis e áreas seguras para sobrevivência. Isto é, geograficamente, enquanto o litoral de tabuleiros de Alagoas era Terciário (referente ao período do Pleistoceno), as áreas de *Lagunas* pertencem ao período geológico do Quaternário Costeiro da Última Transgressão (SILVA, 2017, p. 44 e ss., 73), o que nos ajuda a inserir cronologicamente as lagoas Mundaú e Manguaba, e seus sambaquis, no período do Holoceno do Ótimo Climático (SILVA, 2017, p. 56-57).

Nessa *Laguna* povos pescadores, horticultores e caçadores conhecidos como sambaquianos, ocupavam terras de restingas mais ao litoral, nas áreas não apenas atlânticas, mas especialmente lagunares, com especial atenção às grandes lagoas Mundaú e Manguaba. Reforçando: enquanto povos caçadores-coletores ocupavam áreas da caatinga do oeste alagoano nos tempos do Ótimo Climático, com provável movimentação pelo que chamamos de “agreste”, – como no Rio Panema, se seguirmos um caminho parecido com os grupos de Arcoverde, em Pernambuco – ao mesmo tempo, os sambaquianos, já se espalhavam pelos litorais do Brasil com maior fixação “entre 3 e 5 mil anos atrás” (FUNARI & NOELLI, 2022, p. 108). Seu aparecimento na *Alagoas Mesopotâmica* ainda é difícil de periodizar, em vista de possíveis destruições e submersões, mas a datação proposta acima, de 3 mil anos atrás (contando a partir de hoje), é válida e nos traz a hipótese de chegada dos sambaquianos em Alagoas antes ou concomitante dos indígenas jê e tupinambá.

Em Alagoas, os sambaquis já foram identificados por intelectuais ligados ao Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas (SILVA, 2017, p. 27-29). Na segunda metade do século XX, projetos atestaram indícios de sambaquis em todo o litoral, entre Porto de Pedras (norte), perpassando Maceió, Marechal Deodoro, São Miguel dos Campos e encerrando-se em Coruripe (sul) (SILVA, 2009, p. 64-66; SILVA, 2017, p. 31). Esse número é bem reduzido, haja vista que desde o período colonial os sambaquis do litoral brasileiro acabaram sendo depredados intermitentemente para construção de casas, vias e outras finalidades (SILVA, 2009, p. 5-6). Não se descarta também a própria geografia do nordeste, que, ao contrário dos litorais sul e sudeste, não foi propícia para o resguardo dos sambaquis durante os períodos do Ótimo Climático, apesar de datações “gerais” serem de 6000 AEC a 1000 EC: “Quando comparado com o Sul e Sudeste brasileiros, o litoral nordestino apresentou poucos ambientes protegidos na costa (baías, lagoas e estuários) durante o Holoceno (como é o caso de Alagoas)” (SILVA, 2009, p. 7).

A temporalidade dos sambaquis em Alagoas ainda é incerta. Além da questão da depredação, é necessário levar em consideração a submersão de sítios arqueológicos por conta de movimentos de aumento e recuo do nível do oceano (PROUS, 2019, p. 159; FUNARI & NOELLI, 2023, p. 73)<sup>7</sup>. Porém, sambaquis mais bem estudados, como o do Sítio Saco da Pedra, inferem datas de 320 AEC (SILVA, 2009, p. 22, 34, 39, 72-74, 78), enquanto o do Boa Vista indicaria uma provável data de 130 EC (SUGUIO et al, 2003 *apud* SILVA, 2017, p. 32), sendo o de temporalidade mais recente o sambaqui Caboclo II, cujas cerâmicas foram datadas de 1060-1380 EC (SILVA, 2017, p. 144).

---

<sup>7</sup> Agradeço ao “parecerista 2” por esse alerta, impedindo-me, assim, de incorrer no erro de datar os sambaquis alagoanos em períodos somente próximos do colonial.

O caso do sambaqui é interessante. A imagem dos caçadores-coletores de moluscos que promoviam descartes em forma de montículo e jazidas está atualmente em desuso. O encontro de atividades funerárias, coletas de determinados tipos de madeira para combustão, “construção de habitações, cercas e canoas”, pescas de peixes, mamíferos marinhos e até mesmo horticultura incipiente, bem como produção lítica de ferramentas diversas e o uso de moluscos como complemento alimentar e material para construção dos sambaquis, tudo isso envolto na ideia do gradual sedentarismo, demonstram a complexa cadeia de trabalho e organização social dos povos e nações sambaquianas (SCHEEL-YBERT et ali, 2003, p. 110, 130-131; SCHEEL-YBERT; BOYADJIAN; CAPUCHO. 2022, p. 7-8). Em Alagoas, a presença de cerâmica é comum, não sendo um elemento “intrusivo”, como acontece em sambaquis do sul e sudeste (SILVA, 2017, p. 138 e ss.).

O estudo dos sambaquis para Alagoas pode receber um olhar atencioso, principalmente levando-se em conta abordagens teórico-metodológicas que encarem os sambaquis como “não só os ambientes oceânicos e marinhos, mas, também, todos aqueles ambientes aquáticos associados à região costeira” (CALIPPO, 2011, p. 86). A presença das “lagoas e corpos d’água são considerados como centro da esfera social dos sambaquianos” (SCHEEL-YBERT; BOYADJIAN; CAPUCHO, 2022, p. 16). Outros estudiosos (LEONARDOS, 1938 *apud* SILVA, 2009, p. 41), ainda inserem os sambaquis em uma quarta categoria (além da costeira, lagunar e fluvial): “terrestres, centrais ou continentais – longe do mar ou dos rios, constituídos geralmente de carapaças de gastrópodes terrestres”). Para Alagoas, que tem uma geografia ímpar nesse sentido (como seu topônimo já acusa), os sambaquis podem ser enriquecidos nessa confluência entre lagoas Mundaú e Manguaba, rios Opará e Una, e o Oceano Atlântico, uma vez que os sambaquis cadastrados pelo Iphan para posteriores pesquisas estão intrinsecamente ligados às áreas de estuário e lagoas (SILVA, 2009, p. 72-73, 109-111). O já citado sambaqui Saco da Pedra indica, a partir de um estudo de “análise de captação de recursos”, que os antigos sambaquianos percorriam áreas distantes entre 60,5 e 383,5 metros para conseguir material que atendessem suas necessidades (SILVA, 2009, p. 109-111). Nas escavações do sambaqui Caboclo II (vizinho ao sambaqui Saco da Pedra), no complexo estuarino-lagunar Mundaú-Manguaba, a distância percorrida era de 1-2km (SILVA, 2017, p. 160).

Lembremos que os sambaquis acabavam por formar-se colinas, montículos, e “essas estruturas serviam igualmente como habitação para os povos coletores, razão pela qual podem ser encontrados outros vestígios de atividades, como objetos em pedra e em osso, restos de fogueiras, enterramentos e material cerâmico” (ETCHEVARNE, 1999-2000, p. 121; MARTIN, 2013, p. 129;). Era uma bem articulada rede de produção material e reprodução biológica da vida tanto econômica quanto social-simbólica (SCHEEL-YBERT, et ali, 2023, p. 45-46).

A conquista dos sertões e agreste (pela *Caatinga*) e, agora, dos litorais (nas *Lagunas*), não encerrou a ocupação efetiva de todo o território de Alagoas. Os sambaquianos continuavam a viver e reproduzir seu modo de vida nas restingas. E, como veremos, aldeias de tradições diferentes (tupinambá e Aratu) passarão a existir em áreas da zona da mata norte, no agreste alagoano. Infere-se aqui que indígenas provenientes do tronco macro-jê colonizavam a caatinga a partir do “Brasil Oriental”, chegando às áreas de floresta e restinga (LIMA, 1987, p. 58; MARTIN, 2013, p. 161). Ao mesmo tempo, os tupis também apareciam pelas florestas, restingas e caatinga. Dentro do modelo das três etapas-duas fases, a *Laguna Mesopotâmica* representava a consolidação da 2ª e 3ª etapa de colonização, com a chegada dos sambaquianos e povos ceramistas nos litorais, mas já com ocupação jê na caatinga, enquanto ainda praticavam a caça e coleta, porém com possíveis horticulturas e possíveis experimentações de agricultura com a chegada dos povos ceramistas – uma confluência de 1ª com 2ª fase de organização e formação social. Por fim, se as conquistas tinham se encerrado (todo o território da *Alagoas Mesopotâmica* era território originário), acreditamos que aquele momento histórico dava início às dominações, e as aldeias estão no cerne desse momento.

#### *A DOMINAÇÃO DAS MESOPOTÂMIAS*

No presente ensaio, toma-se a aldeia no sentido revolucionário-sincrônico, porque iniciou-se no período da *Laguna Mesopotâmica*, em conjunção com grutas, sítios-oficinas e montículos-sambaquis. Entende-se que esse desenvolvimento social pode ser identificado a partir das aldeias perpassando, em boa medida, pelas novas relações que os grupos indígenas terão entre si, onde cada um colabora com experiências próprias gestadas por meio de suas vivências.

Longe de trabalhar a natureza para satisfazer necessidades imediatas, os povos originários pensavam em longo alcance (AB’SABER, 1987, p. 11). Suas ações transcorriam por caminhos de “enriquecimento do solo mediante a adição de material orgânico, [com] a criação de pomares de árvores frutíferas, o plantio de árvores ao longo das trilhas na mata, o uso controlado do fogo levando ao surgimento de matas de palmeiras” (NEVES, 2022, p. 78-79). Tais ações resultavam em marcas e mudanças de paisagens: “remoção de plantas não-úteis, proteção, transporte e cultivo de plantas úteis, atração de dispersores animais não-humanos, seleção de fenótipos, manejo do fogo e melhoramento do solo” (SCHEEL-YBERT, BOYADJIAN, CAPUCHO, 2022, p. 16). Toda uma infraestrutura era formada, com escavações de rios e construções de baías (OLIVEIRA, 2023, p. 43-44). O momento climático influenciou consideravelmente essa “colonização” do Nordeste brasileiro no holoceno (PEROTA, 1987, p. 111).

Essa conjunção de fatores não foi originadora, mas serviu para consolidar um novo momento histórico na *Alagoas Mesopotâmica* operada por jês em aldeias e sítios oficinas, bem como por sambaquianos e seus montículos, e tupinambás e tupis com suas aldeias em áreas altas, longe das planícies que encharcavam, mas que também mantinham sítios-oficinas em áreas de estuário lagunar.

A ideia de “vida em aldeia”, por conta de todo o seu potencial histórico, deve ser alargada, para assim evitar simplificações (SCATAMACCHIA, 1994-1995, p. 144-145; FUNARI & NOELLI, 2022, p. 32). A expansão do termo operaria, para nós, o seguinte método: “aldeia”, aqui, poderia ser levado para o que o Gordon Childe denominou “revolução urbana”: “O desenvolvimento de uma civilização urbana (...) é uma narrativa de acumulação de riqueza, de aperfeiçoamento técnico, de crescente especialização e de expansão do comércio” (CHILDE, 1975, p. 148). Um conceito criticado, mas que ainda não perdeu seu potencial “heurístico” (LIVERANI, 2023, p. 107). Isto é, a “revolução urbana” dos chamados “Impérios do Bronze”, mesmo não sendo aplicável no Brasil pré-colonial, pode ser encarada enquanto diretriz para investigação da potência histórica das “aldeias”, principalmente para o incremento da proposta de uma periodização diacrônica de Alagoas pré-colonial, bem como de uma análise sincrônica da estrutura nas formações sociais daqueles povos originários (ela que marcaria a passagem de origem na *Laguna Mesopotâmica* para sua consolidação – 2ª fase – na *Mata Mesopotâmica*, como veremos adiante). Esse método de resgate da “revolução urbana” relaciona-se com o que elencamos no início de nosso ensaio: necessidade de dar atenção não somente às migrações, mas também aos assentamentos. Em igual medida, a questão da aldeia aparece enquanto uma formação social, não sendo, portanto, uma “evolução” ou uma “etapa” para se seguir. Ela (a aldeia), representa o desenvolvimento de uma forma de organização social, cuja relação de produção da qual é originária acabou por se tornar o que chamaríamos de “dominante”: “em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações” (MARX, 2011, p. 59). Produção, aqui, deve ser vista enquanto “produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material” (MARX & ENGELS, 2007, p. 33).

A aldeia, portanto, não “encerra” o que vem anterior a ela, e nem reina “isolada”. Historicamente (logo, dialeticamente) ela é uma supressão. Afinal, outro aspecto da “revolução urbana” era “a acumulação e o progresso (...) interrompidos ou promovidos pelo advento de novos povos, talvez pelas conquistas e invasões” (CHILDE, 1975, p. 151). E, assim, atentamos que sua dinâmica demarca um momento de passagem diacrônico: de uma *Alagoas Mesopotâmica* de modo de produção coletivista forrageador (caça e coleta) sem aldeias (*Caatinga*) – 1ª etapa e 1ª fase com início da 2ª fase; para uma *Alagoas Mesopotâmica* ainda forrageadora (caça, coleta, pesca), mas com ensaios



(sem dominância no modo de produção) de horticultura e organizações onde as aldeias disputavam a terra com sambaquis e ainda possíveis moradores de grutas (itaocas) (*Laguna*) – 2ª etapa e início da 3ª etapa com dominância da 2ª fase e consolidação da 3ª fase; para, por fim, uma *Alagoas Mesopotâmica* com modo de produção coletivista agricultor (com caça, coleta, pesca e agricultura), organizados em aldeias enquanto estrutura social dominante, valendo-se dos montículos, grutas e sítios-oficinas (*Matas*) – 3ª etapa, com predomínio da 2ª fase.

### **A MATA MESOPOTÂMICA (ANT. 420 A APROX. 1541)**

Nesse terceiro tópico, volta-se a atenção à *Mata Mesopotâmica*. Aqui, os povos originários encontram-se em processo de aldeamento e há novas formações sociais a partir da colonização da *Alagoas Mesopotâmica*. Colonização, pois, “as palavras *cultura*, *culto* e *colonização* derivam do mesmo verbo latino *colo* (...). De *cultum*, supino de *colo*, deriva outro particípio: o futuro, *culturus*, o que se vai trabalhar, o que se quer cultivar” (BOSI, 1992, p. 11 e 16).

Já se tem provas arqueológicas de presença indígena tupinambá e jê (Aratu) em vários espaços da atual Alagoas na Era Comum. Sítios arqueológicos com evidências variadas estão sendo cada vez mais identificados e estudados: as pinturas rupestres das tradições Agreste e São Francisco; os funerários de cerâmica da tradição Aratu; e as cerâmicas tupinambá. Ao fim e ao cabo, nos tempos de *Mata*, o preenchimento populacional da *Alagoas Mesopotâmica* foi dinâmico-formadora dos espaços e das nações indígenas na Caatinga e na Floresta<sup>8</sup>.

Considerando-se a *Caatinga*, agora vista enquanto mata branca, e não mais como gruta, na zona central do agreste, encontramos ocupação e junção do que chamamos de *Mata* em área mesopotâmica: em Limoeiro de Anadia, no sítio Baixa das Flores há existência de sítio de tradição Aratu que remete a aprox. 420-430 EC (SILVA, SOARES, MORAES, 2019, p. 96; LIMA, MORAES, 2017, p. 17-18). Na zona da mata, na Serra do Barriga, local principal do Quilombo dos Palmares, a existência de cerâmica Aratu datadas de 900 EC, ajudam a demonstrar que uma divisão arbitrária e pouco maleável de tapuia jê-caatinga e tupinambá-litoral é falsa (MOTA, LOPEZ, 2008, p. 36). Aqui, vemos a presença indígenas do macro-jê em espaços de matas (atlântica, florestal). Urnas funerárias

---

<sup>8</sup> Dados coletados em [http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa\\_resultado.php](http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php) acesso em 26/08/2024. Uma crítica ao *website* e seu banco de dados pode ser lida em ANDRADE e CUNHA (2017, p. 82), quando as autoras sentem dificuldade em datar sítios pré-coloniais na bacia do Rio Una: “Em relação ao período pré-colonial, a recomposição da ocupação da área foi dificultada, sobretudo, por óbices no que se refere às informações relativas a cronologia dos vestígios arqueológicos”.



da tradição Aratu foram encontradas em Palmeiras dos Índios, com datação de 1150 EC (COSTA, 2010, p. 22-23; TENÓRIO, 2010, p. 71).

De acordo com Lima (2006, p. 62-63), na zona da mata entre Pernambuco e Alagoas, têm-se mais de 50 ocorrências arqueológicas registradas (históricas e pré-históricas), sendo na parte alagoana inseridas entre os municípios de Rio Largo e Jacuípe. Os materiais encontrados foram cerâmicos, lítico e louça, o que invocaria uma ocupação recente, isto é, entre os tempos de *Laguna Mesopotâmica* e *Mata Mesopotâmica*, “possivelmente de grupos agricultores”, além de material do período colonial (LIMA, 2006, p. 65, 68).

A cerâmica Aratu, e a possível presença de povos do tronco macro-jê, chegaram até áreas do litoral de estuário lagunar. Apesar dos sambaquis do estuário Mundaú-Manguaba existirem desde 320 AEC, ocorrências de montículos em áreas próximas indicam a constância de povos sambaquianos ainda em 1060-1380 EC, isto é, em tempos de intensa dinâmica nos litorais pelos povos tupinambás e jês. Pesquisas atestam presença de cerâmica macro-jê e tupinambá em sambaquis, como o de Saco da Pedra, que datam períodos coloniais, entre 1496-1650 (KLOKLER, 2021, p. 97, 100-101)<sup>9</sup>. Tais evidências demonstram como a presença e relação entre sambaquianos, jês e tupinambás continuavam em períodos em que franceses, portugueses e holandeses exploravam os litorais e zona da mata em Alagoas Colonial (KLOKLER et al, 2021, p. 99).

Acerca dos tupis, pesquisas demonstram que os tupiguaranis começaram a se estabelecer nos litorais do nordeste por volta de 1000 AEC, utilizando caminhos que adviriam dos litorais como dos sertões, a partir de troncos como os tupis e os tupinambás (MARTIN, 2013, p. 194; CORRÊA, 2023, p. 198, 212-213 e ss.). Não temos a datação para suas chegadas no período da *Laguna Mesopotâmica*, mas escavações em sítios de datações coloniais ou pré-colonial nos ajuda a inserir os tupinambás na dinâmica da formação da *Mata Mesopotâmica* a partir da confluência com os povos jê (na zona da mata) e sambaquianos (nos litorais e estuários-lagunas).

A hipótese pode ser reforçada se tomarmos a experiência da zona da mata sul pernambucana. Para Pernambuco, já há segurança em atestar a robustez do processo de ocupação dos tupiguarani não apenas nos litorais, mas igualmente no semi-árido, a partir de intensos deslocamentos de populações (ALBUQUERQUE, 1987, p. 115; SCATAMACCHIA, CAGGIANO, JACOBUS, 1987, p. 89). As disputas entre tupis e jês podem ter ocorrido nas áreas de terras férteis do nordeste brasileiro (BROCHADO, 1987, p. 86). Assim sendo, a zona da mata norte de Alagoas pode igualmente ter tido experiências parecidas, senão correlatas, uma vez que colonizações na zona da mata operaram-se pelos

---

<sup>9</sup> Essas evidências são decorrentes de outras escavações, diferentes das empreendidas por Suiguio, em 2003, que estabeleceu datação para 320 AEC, a partir de vestígios de conchas (KLOKLER et al, 2021, p. 99).

rios, cujas nascentes estão “inseridas na própria zona da mata de ambos os estados e a rede de drenagem é bastante numerosa” (LIMA, 2006, p. 105).

Para Alagoas, um mapa ajuda-nos a enquadrar que, a partir de cerâmicas escavadas, os indígenas do tronco tupi aqui residentes eram os tupinambás (CORRÊA, 2023, p. 200). Escavações da primeira metade do século XX atestaram várias “descobertas” de urnas funerárias e cerâmicas nos espaços do leste e agreste alagoanos, entretanto, os “achados não tem contexto e seguem sem um estudo científico. A maior parte dos achados eram coletados e levados para institutos e museus. Porém esses artefatos já não existem, devido ao fechamento de algumas instituições” (SILVA, 2009, p. 66). Tais evidências pode ter temporalidades diversas: dos tempos coloniais, retrocedendo para períodos próximos do pré-colonial. Tal conjectura é um salto de fé, é verdade, mas se sustenta em outras descobertas, já empreendidas na segunda metade do século XX, quando iniciativas trouxeram informações valiosas. Uma delas é do achado de um “sítio de ocupação pré-histórica por grupos portadores de duas tradições culturais diferentes: a Aratu e a tupi-Guarani” em Jequiá da Praia, litoral a aproximadamente 50-70 km ao sul da Lagoa Manguaba (Marechal Deodoro) e 60-80 km da Lagoa Mundaú (Maceió) (SILVA, 2009, p. 67). Convém ressaltar que Jequiá da Praia dista 27 km de Coruripe, área também indicada como de sambaquis.

O litoral norte de Alagoas é espaço interessante nos estudos das ocupações tupi. Os indígenas do tronco tupi não priorizavam a água na construção de suas habitações (apesar da distância média estar entre 3 e 5km entre as aldeias e os rios), e antes “foi a questão das terras livres de inundações, encharcamentos, umidade elevada e falta de aeração” (LIMA, 2006, p. 107) que incentivara as migrações e sedentarizações:

(...) escolha de terras elevadas da região da Formação Barreiras, os topos dos Tabuleiros Costeiros e suas vertentes. E as populações agricultoras ceramistas da região norte de Alagoas e sul de Pernambuco ocuparam a região estabelecendo cinco grandes aldeias na região e explorando morros de menor extensão, num raio de poucos quilômetros, como locais de acampamento ou para uso exclusivo da roça (LIMA, 2006, p. 129)

Isso não impedia que outras construções, como possíveis sítios-oficina, fossem levadas a cabo, principalmente em áreas de estuário (KLOKLER et al, 2021, p. 102), como ocorreu em Passo do Camaragibe (Praia do Morro do Camaragibe), onde material cerâmico e material lítico de influência tupinambá foi encontrado no sítio (ALLEN et al, 2010, p. 218, 220, 223; OLIVEIRA, 2023, p. 126). O sítio Guaibituguçu, no litoral norte de Alagoas (Japaratinga) está “sobre uma pequena elevação de terra cerca de 15 m acima do nível do mar numa zona de interface da praia e da várzea do Rio Salgado”

(Allen et al, 2017 *apud* OLIVEIRA, 2023, p. 17)<sup>10</sup>; sua datação, entretanto, indica o período colonial, mas não descarta sua tradição para períodos anteriores à chegada dos lusitanos (Allen et al, 2017 *apud* OLIVEIRA, 2023, p. 18). Contudo, o que vale apontar aqui é a relação *lagunar* dos povos tupis em áreas litorâneas de Mata Atlântica, restinga e manguezais. Mais ao sul (área central do estado de Alagoas), o sítio Cunhambebe, escavado em 2017, apresentou evidências de cerâmica tupinambá em áreas de estuário lagunar, próxima ao sambaqui do Saco da Pedra, o que “abriria questionamentos sobre relações sociais entre tupinambás e indígenas do tronco macro-jê do Saco da Pedra” (KLOKLER et al, 2021, p. 101, tradução livre).

As adaptações e mudanças de vivências, explanadas acima, acabaram por desenvolver verdadeiras transformações na geografia humana. Para os grupos do tronco macro-jê, apareceram aldeias que convencionou-se chamar de “tradição Aratu” (MARTIN, 2013, p. 182; BROCHADO, 1987, p. 86;)<sup>11</sup>. Em termos gerais (e não especificamente “alagoanos”), os grupos do tronco macro-jê passaram a habitar locais “circulares com as ocas em torno de uma praça central, situadas em lugares elevados suaves” (MARTIN, 2013, p. 199). Pelas manchas de ocupação, acredita-se que as aldeias eram de “longa permanência”. Essas aldeias podem indicar uma demografia elevada, principalmente nos sítios em que se encontram as famosas urnas funerárias da tradição Aratu (ETCHEVARNE, 1999-2000, p. 123-124). Na subsistência temos a falta do trato com a mandioca, e a “ausência de assadores e vasilhames planos” próprios para o trato do tubérculo. Não que a mandioca não tenha sido consumida, mas o foi “de forma diferente aos tupinambá e apoiaram também sua subsistência no milho, no feijão e no amendoim; o rodízio nas plantações teria permitido assentamentos durante períodos mais longos” (MARTIN, 2013, p. 199; ETCHEVARNE, 1999-2000, p. 124).

Os vários vestígios e indícios demonstram com segurança que a organização indígena de tronco tupi pode ser representada por povos que “moravam em aldeias de forma oval ou circular, com economia baseada na mandioca” (MARTIN, 2013, p. 183), e cuja cerâmica aponta para diversos usos (OLIVEIRA, 2023, p. 32, 51-108). As “cabanas [eram] grandes” e, em sua construção, “eram sempre escolhidos locais de boa visibilidade sobre o território entorno e com a proximidade de rios” (ETCHEVARNE, 1999-2000, p. 125). Para espaços de Pernambuco, locais onde a aldeia era levantada, mas sem possibilidade de cultivo da mandioca – como áreas de ilhas –, o tubérculo era plantado em outra área (ALBUQUERQUE, 1987, p. 115).

---

<sup>10</sup> Outro aspecto importante a ressaltar sobre Guaibituguçu “é a ausência de manchas húmicas no solo que apontem a existência de habitações no sítio. Então seria de uso limitado? Não era uma aldeia?” (OLIVEIRA, 2023, p. 134).

<sup>11</sup> Nas duas revisões feitas pelo/a “parecerista 1”, foi-me indicado dois artigos de Valentin Calderón acerca da tradição Aratu. Apesar de ter em mãos as referências, não encontrei disponível na *internet* nenhum dos dois textos.

Importante salientar que todos esses achados nas mesorregiões do agreste alagoano e do litoral alagoano, vistos acima, encontram-se geograficamente em zona de transição e união entre floresta e caatinga, com áreas de restinga, manguezais, brejos, campos, e até as “manchas isoladas de cerrado” (ETCHEVARNE, 1999-2000, p. 115; BARBOSA, RIOS, *apud* OLIVEIRA, LIMA, 2017, p. 113).

A *Mata Mesopotâmica*, no entanto, não é apenas uma confluência geográfica. Torna-se uma supressão da *Caatinga Mesopotâmica* e *Laguna Mesopotâmica* em seus campos sociais e econômicos, advindas das migrações e ocupações territoriais. Mudanças ocorreram a partir de descartes e superações, mas houve conservações que resguardaram em sua experiência suas antigas estruturas. As dinâmicas dos povos da *Laguna Mesopotâmica*, que operaram disputas e contatos das áreas férteis das lagoas e rios, teriam, assim, invertido o centro de radiação de novas culturas, isto é, das lagoas para os sertões. Esse movimento deu vazão a um novo momento: caatinga, brejos, florestas e restinga tornaram-se um só. Era a criação da *Mata*, ou seja, a colonização da essência da Mesopotâmia Una-Opará (mata atlântica e mata branca) pelos dois troncos indígenas mais poderosos (jê e tupinambás), que se tornaram os colonizadores e ancestrais dos tapuias e tupis que se encontraram com os lusitanos que vieram além-mar.

## CONSIDERAÇÕES

E, assim, adentramos cronologicamente no momento da chegada de outros povos, vindos além-mar, equipados com tecnologias diferentes, maneiras de ver o mundo distintas, ideologias discrepantes, um modo de produção intransigente e novas noções sociais como “mercado” e “exploração”.

No caso de Alagoas, a chegada dos europeus moldou toda a forma de desenvolvimento social e geográfico local. Da colonização de cultura mesopotâmica, operou-se uma colonização de exploração marítima; as migrações e ocupações dialéticas entre caatinga, floresta e restinga foram invertidas para uma orientação unilateral litoral-sertão; as relações de alianças e guerras entre nações foi substituída pelo extermínio, dominação e escravização; a coivara transformou-se em queimada; a subsistência tornou-se monocultura predatória; as grutas, de moradias, tornaram-se possivelmente refúgio precário; os sambaquis, ricos em cultura, foram depredados para construção de casas; por falar em casas, as aldeias foram invadidas e transmutadas em missões; novas construções como engenhos de açúcar e vilas coloniais apareceram para redefinir a teia de ocupação da *Alagoas Mesopotâmica*; os terrenos coletivos foram substituídos por sesmarias privadas; e o modo de produção coletivista agricultor foi deposto pelo modo de produção escravista colonial. Uma nova era começava. É com Duarte Coelho e suas primeiras expedições para conhecimento e colonização das partes sul de

Pernambuco, entre 1535 e 1550 que ocorre a passagem da *Alagoas Mesopotâmica* para uma *Alagoas Colonial*.

## REFERÊNCIAS CITADAS

- AB'SABER, Azir. "Problemas das migrações pré-históricas na América Latina". In: *Anais I Simpósio de Pré-história do Nordeste. Revista Clio – série arqueológica*, nº 4. Universidade Federal de Pernambuco: Recife 1987.
- AB'SABER, Aziz. "Redutos florestais, refúgios de fauna e refúgios de homens". *Revista de Arqueologia*. Volume 8, n. 2, 1994-1995.
- AGUIAR, Alice. "Meios de sobrevivência entre os pintores da tradição agreste em Pernambuco". In: *Anais I Simpósio de Pré-história do Nordeste. Revista Clio – série arqueológica*, nº 4. Universidade Federal de Pernambuco: Recife 1987
- ALBUQUERQUE, Marcos. LUCENA, Valeda. "Cultivadores pré-históricos no semi-árido: aspectos paleoambientais". In: *Anais I Simpósio de Pré-história do Nordeste. Revista Clio – série arqueológica*, nº 4. Universidade Federal de Pernambuco: Recife 1987
- ALBUQUERQUE, Marcos. "Ocupação tupiguarani no Estado de Pernambuco". In: *Anais I Simpósio de Pré-história do Nordeste. Revista Clio – série arqueológica*, nº 4. Universidade Federal de Pernambuco: Recife 1987
- ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Doris; LUCENA, Valeda. "O potencial do patrimônio preservado entre Porto de Pedras e Porto Calvo". *Noctua – Arqueologia e Patrimônio*. Vol. 1, n. 4, 2019.
- ALLEN, Scott Joseph. MORAES, Flávio. NETO, Waldimir. MIRANDA, Karina. "Praia do Morro, Alagoas. Potencial e possibilidades arqueológicas. *CLIO Arqueológica*. Volume 25, n. 1, 2010.
- ALMEIDA, Djnane. *A influência das mudanças fisiográficas ocorridas no complexo estuarino-lagunar mundaú-manguaba e os processos formativos do Sambaqui Caboclo II, Alagoas*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2017
- ANDRADE, Rúbia; CUNHA, Maristela. "Ocupação da Bacia Hidrográfica do Rio Una, Pernambuco/Alagoas, Brasil: uma perspectiva arqueológica". *Noctua – Arqueologia e Patrimônio*. Vol. II, n. 2, 2017.
- BELTRÃO, Maria. A região arqueológica de Central, Bahia, Brasil: a toca da esperança, um sítio arqueológico do pleistoceno médio. *FUNDHAMENTOS. Revista da Fundação Museu do Homem Americano*, v. 1, nº 1. São Raimundo Nonato (PI): FUMDHAM, 1996.
- BOSI, Alfredo. "Colônia, culto e cultura". In: BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1992

- BRANDÃO, Alfredo. *A escripta Prehistorica do Brasil (ensaio de interpretação) – com um appendice sobre a Prehistoria de Alagoas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A. Editora, 1937
- BRAUDEL, Fernand. “História e ciências sociais. A longa duração”. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- BRITO, José. *Sítios arqueológicos de pinturas rupestres em Inhapi – AL – um estudo comparativo*. Monografia (História) – Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2017.
- BROCHADO, José. “Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul”. In: *Anais I Simpósio de Pré-história do Nordeste*. Revista *Clio – série arqueológica*, nº 4. Universidade Federal de Pernambuco: Recife 1987.
- CALIPPO, Flávio. “Sociedade sambaqueira, comunidades marítimas”. *Revista de Arqueologia*. v. 24, n. 1, 2011
- CHILDE, V. *A evolução cultural do homem*. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1975.
- CORRÊA, Ângelo. “Pindorama de Mbôia e Îakaré: continuidade e mudança na trajetória das populações tupi”. *Revista de Arqueologia*. Volume 36, número 2, 2023
- COSTA, Rodrigo. *Os grupos ceramistas da Serra da Barriga: caracterização da tecnologia cerâmica no contexto da Tradição Aratu*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2010.
- DONEGÁ, Maria. *Análise e reflexões sobre o conceito do “Ótimo Climático”: subsídios à elucidação e adequação do termo*. Monografia (Arqueologia). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022.
- ESTEVES, Bernardo. *Admirável novo mundo: uma história da ocupação humana nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023
- ETCHEVARNE, Carlos. “A ocupação humana no nordeste brasileiro antes da colonização portuguesa”. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, dezembro/fevereiro 1999/2000.
- FAGUNDES, Marcelo. “Análise intra-sítio do Sítio Justino. Baixo São Francisco - as fases ocupacionais”. *Revista de Arqueologia*. Volume 23, n. 2, 2010
- FAULKNER, Neil. “Gordon Childe e arqueologia marxista”. Tradução: Guilherme Mongeló. *Revista de Arqueologia*, v. 35, no. 2, 2022.
- FILHO, Sebastião Lacerda de Lima; PINTO, Karina Lima de Miranda. “Estudos de arqueologia regional no sertão alagoano: o caso do sítio telha, Belo Monte, Brasil”. *Revista de Ciências Humanas CAETÉ*, vi, nº 2, 2019.
- FUNARI, Pedro Paulo. NOELLI, Francisco Silva. *Pré-história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2023
- GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989



- GONTIJO, Daniel Meira, et al. “Caracterização e análise dos sítios de pintura rupestre de Canapi, Alagoas”. *Clio Arqueológica*, v. 36, n. 3, 2021.
- GUÉRIN et al. “A fauna pleistocênica do Piauí (nordeste do Brasil): relações paleoecológicas e biocronológicas”. *FUNDAMENTOS. Revista da Fundação Museu do Homem Americano*, v. 1, nº 1. São Raimundo Nonato (PI): FUMDHAM, 1996.
- KLOKLER, Daniela et al. “The impacts of coastal dynamics on the Saco da Pedra shell midden in northeast Brazil”. *Quaternary Internacional*, 584 (2021).
- LAROCHE, Armand & LAROCHE, Adjelma. “Considerações sobre a pré-história do nordeste brasileiro nos tempos finais do pleistoceno e início do holoceno”. In: *Anais I Simpósio de Pré-história do Nordeste. Revista Clio – série arqueológica*, nº 4. Universidade Federal de Pernambuco: Recife 1987.
- LÉVÊQUE, Pierre (dir.). *As primeiras civilizações. Da idade da pedra aos povos semitas*. Edições 70: Lisboa, 2009.
- LIMA, Jeannette. “Dois Períodos de subsistência no agreste pernambucano: 9000 e 2000 A.P”. In: *Anais I Simpósio de Pré-história do Nordeste. Revista Clio – série arqueológica*, nº 4. Universidade Federal de Pernambuco: Recife 1987.
- LIMA, Jefferson. *Arqueologia pública, memória e identidade: sentidos, usos e apropriações dos sítios arqueológicos de pintura rupestre no município de Inhapi, sertão alagoano (2015-2016)*. Monografia (licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Delmiro Gouveia, 2019.
- LIMA, Carlos. *Padrão de assentamento em sítios arqueológicos na Zona da Mata Norte de Alagoas e Sul de Pernambuco*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2006.
- LIMA, Danúbia. MORAES, Flávio. “Estudo paleobiológico de restos humanos provenientes do Sítio Baixa das Flores, Limoeiro de Anadia, Alagoas, Brasil”. *Clio Arqueológica*, v. 32, n. 1, 2017
- LINDOSO, Dirceu. *Formação de Alagoas Boreal*. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos: Eduneal: Fapeal, 2019.
- LIVERANI, Mario. *Antigo Oriente: história, sociedade e economia*. São Paulo, editora da universidade de São Paulo, 2023.
- MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

- MORAES, Flávio. “Potencialidades arqueológicas no alto sertão alagoano: identificação de sítios de pinturas rupestres no município de Inhapi-AL”. *Revista de Ciências Humanas Caeté*. V. 1, n. 2, 2019.
- MORAES, Flávio et al. “Identificação e caracterização dos sítios arqueológicos de registros rupestres no assentamento Lameirão, Delmiro Gouvêa-AL”. *Clio Arqueológica*, v. 34, n. 3, 2019.
- MOTA, Carlos. LOPEZ, Adriana. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008
- MOURA, Clóvis. *As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira*. São Paulo: Editora Dandara, 2025.
- LEITE NETO, Waldimir Maia. *O sistema técnico lítico dos artefatos lascados da tradição arqueológica Aratu no Estado de Alagoas: uma abordagem tecnológica a partir dos sítios Serra da Barriga e Baixa das Flores*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2020.
- LEITE NETO, Waldimir Maia. ALLEN, Scott Joseph. “Tecnologia lítica do sítio Guaibituguçu, Japaratinga, Alagoas, Brasil”. *Revista FUMDHAMENTOS*, vol. XVIII, n. 1, 2021.
- NEVES, Eduardo. *Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central*. São Paulo: Ubu Editora / Editora da Universidade de São Paulo, 2022
- OLIVEIRA, Jorge. “Da pré-história à história indígena: (re)pensando a arqueologia e os povos canoieiros do Pantanal”. *Revista de Arqueologia*. Volume 36, no. 1, 2023.
- OLIVEIRA, Thiago; LIMA, Letícia. “Registro da ocorrência dos brejos de altitude em Alagoas”. In: *AmbientAL: Revista do Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas*. v. 2, n. 1 (2018). Maceió: IMA-AL, 2017
- OLIVEIRA, Daline. JÚNIOR, Valdeci. “Datações de gravuras rupestres no Brasil: pesquisa e métodos arqueológicos”. *Clio Arqueológica*, v. 34, n. 1, 2019.
- OLIVEIRA, Lucio Flávio Santos de. *Fragmentos do Tempo: a cerâmica indígena do Sítio Guaibituguçu em Japaratinga, Alagoas*. 2023. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.
- OMENA, Érica. *Utilização de isótopos de C, O e N como ferramenta para avaliar a dieta e habitat de mamíferos pleistocênicos do semiárido dos estados de Alagoas e Pernambuco, nordeste do Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2015
- PARENTI, Fábio. “Problemática da Pré-História do Pleistoceno superior no Nordeste do Brasil: o abrigo da Pedra Furada e seu contexto regional”. *FUNDAMENTOS. Revista da Fundação Museu do Homem Americano*, v. 1, nº 1. São Raimundo Nonato (PI): FUMDHAM, 1996.

- PEROTA, Celso. “A paisagem, o homem e as estratégias de sobrevivência no Nordeste brasileiro durante o Holoceno recente”. In: *Anais I Simpósio de Pré-história do Nordeste. Revista Clio – série arqueológica*, nº 4. Universidade Federal de Pernambuco: Recife 1987.
- POLANYI, Karl. *Primitive, archaic and modern economies. Essays of Karl Polanyi*. Beacon Paperback, 1971.
- PROUS, André. *Arqueologia brasileira: a pré-história e os verdadeiros colonizadores*. Cuiabá-MT: Archaeo; Carlini e Caniato Editorial, 2019.
- REZENDE, Juliano Fonseca da Silva. “O materialismo histórico e a posição do indivíduo na pesquisa arqueológica”. *Revista de Arqueologia*, v. 19, São Paulo: 2006.
- RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. São Paulo: Global Editora, 2024.
- SAHLINS, Marshall. *Stone age economics*. New York, NY: Routledge Classics, 2017.
- SARAMAGO, José. *A jangada de pedra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SCATAMACCHIA, Maria. CAGGIANO, Maria. JACOBUS, André. “O aproveitamento científico de coleções museológicas: proposta para a classificação de vasilhas cerâmicas da tradição tupi-guarani”. In: *Anais I Simpósio de Pré-história do Nordeste. Revista Clio – série arqueológica*, nº 4. Universidade Federal de Pernambuco: Recife 1987
- SCATAMACCHIA, Maria. “A aplicação do conceito de Formativo no leste da América do Sul: Brasil”. *Revista de Arqueologia*. v. 8 (2), São Paulo, 1994-1995
- SCHEEL-YBERT, Rita. et al. “Novas perspectivas na reconstituição do modo de vida dos sambaquieiros: uma abordagem multidisciplinar”. *Revista de Arqueologia*. volume 16, 2003.
- SCHEEL-YBERT, Rita; BOYADJIAN, Célia; CAPUCHO, Taís. “Por que a sociedade sambaquiana deve ser considerada como de meio termo?”. *Revista de Arqueologia*. vol. 35, n. 3, 2022.
- SILVA, Sidney. “Possibilidades de subsistência nos ‘brejos’”. In: *Anais I Simpósio de Pré-história do Nordeste. Revista Clio – série arqueológica*, nº 4. Universidade Federal de Pernambuco: Recife 1987.
- SILVA, Lucas. GASPAR, Maria. “Anzóis, redes e pescadores: reflexões sobre a arqueologia da pesca”. *Revista de Arqueologia*. volume 32, n. 2, 2019
- SILVA, Andréia; SOARES, Tatiane; MORAES, Flávio. “Estado da arte dos sítios arqueológicos com sepultamentos no estado de Alagoas”. *Revista Noctua – Arqueologia e Patrimônio*. Vol II, n. 4, 2019.
- SILVA, Djnane. *Análise de captação de recursos da área do sambaqui saco da pedra, litoral sul do estado de Alagoas*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

- SILVA, Djnane. *A influência das mudanças fisiográficas ocorridas no complexo estuarino-lagunar Mundaú-Manguaba e os processos formativos do sambaqui Caboclo II, Alagoas*. Tese (Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2017.
- SILVA, Daniela. *Práticas funerárias na pré-história do nordeste do Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2003.
- SILVA, Jorge. *Reconstituição paleoambiental baseada no estudo de mamíferos pleistocênicos de Maravilha e poço das trincheiras, Alagoas, nordeste do Brasil*. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Pernambuco, 2008.
- SILVA, Maria. *Evolução da paisagem geomorfológica no semiárido alagoano a partir do estudo dos modelados de acumulação e denudação do Município de Água Branca – AL*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, 2019.
- SILVA, Andréia et al.. “Estado da arte dos sítios arqueológicos com sepultamento em Alagoas”. *Noctua – Arqueologia e Patrimônio*. Revista de Arqueologia da Fundação Paranã-buc. Vol. II, n. 4, 2019.
- SOARES, Tatiane. *Acompanhamentos funerários do Sítio Lajedo do Cruzeiro – Pocinhos/PB: Identificação e caracterização das contas de colar e pingente*. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de História. Delmiro Gouveia, 2019.
- TENÓRIO, Roberto. *Aspectos da organização social: um estudo cerâmico e espacial dos sítios Rosa e dos Teto, Serra da Barriga, União dos Palmares, Alagoas*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2010.
- TEIXEIRA, Luana et ali. *Patrimônio Arqueológico e Paleontológico de Alagoas*. Maceió: AL: Iphan-AL, 2012.
- THOMPSON. Edward. *A miséria da teoria, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. – Rio de Janeiro: Zahar, 1981.